

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA



MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

TRABALHO ELABORADO POR: Marta Treyer Martins de Carvalho, Nº 003417

ORIENTADORA DA FDUNL: Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza

ORIENTADORA DA AMCV: Dr.ª Ana Pascoal

Lisboa, 2014

AGRADECIMENTOS

Queria deixar aqui algumas palavras de reconhecimento a todos os que, de um modo ou de outro, contribuíram para levar a bom termo este trabalho.

Começo por agradecer à Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza e à Doutora Ana Pascoal, que me orientaram, durante todo este processo, com seriedade rigorosa e de modo equilibrado.

Também reconheço, com gratidão, todo o empenho que a Dr^a Margarida Medina Martins demonstrou, sem que disso tivesse qualquer obrigação.

À Luísa Sarsfield Cabral (Ginha), um agradecimento, muito especial, por me ter acompanhado e estimulado em todos os passos deste trabalho, demonstrando sempre a maior disponibilidade.

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Ao abrigo do art. 20.º-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro por minha honra que o texto aqui apresentado é de minha autoria e que todas as contribuições de outros autores estão devidamente assinaladas e referenciadas. Tenho consciência de que a utilização não identificada de fontes alheias constitui grave falta ética e disciplinar

ÍNDICE

1. Introdução	7
i) A escolha do Relatório de Estágio ao invés da Dissertação	7
ii) Estrutura do Relatório de Estágio	8
2. O Estágio	11
2.1 Instituição de acolhimento - A Associação de mulheres contra a Violência	11
2.1.1 Caracterização e principais objetivos	11
2.1.2 Principais marcos da história da AMCV	12
2.1.3 Organização e estrutura	13
2.1.4 Modelo de Intervenção	15
2.1.5 Serviços / atividades	16
2.2 O Plano de Estágio	21
2.3 Conceitos Essenciais	21
2.3.1 Violência de género contra as Mulheres.....	21
2.3.2 Violência contra as mulheres como uma violação de Direitos Humanos	25
2.3.3 Violência Sexual	26
2.3.4 Violência Doméstica.....	28
2.3.5 Vítima / Sobrevivente	32
2.3.6 Agressor	33
2.4 Enquadramento das questões da Violência Doméstica e Sexual no Ordenamento Jurídico Português	34
2.5 Atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio	45
2.5.1 Participação no projeto relacionado com a “Agenda pós-2015”	45
2.5.2 Participação no projeto relacionado com a “IV Conferência Internacional sobre Sobreviventes de Violação: Violação, Sobreviventes, Políticas e Serviços de Apoio, um Desafio Europeu”	56
2.5.3 Participação no projeto relacionado com os “Novos Desafios no combate à Violência Sexual”	59

2.5.4 Outras Atividades	66
3 Questão que surgiu no âmbito deste estágio	74
3.1 A possibilidade de as ONG's de mulheres poderem constituir-se assistentes em processos-crime	74
4 Síntese Conclusiva	80
4.1 Orientadoras	80
4.2 Expectativas em Relação ao estágio	81
4.3 Correspondência das expetativas com a Realidade	82
5. Bibliografia	84
6 Anexos.....	88

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Ac. – Acórdão

AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Art. – Artigo

CDAW – *Convention to Eliminate All Forms of Discrimination Against Women*

CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável

CoE – Conselho da Europa

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CPTA – Código de Processo nos Tribunais Administrativos

DGAI – Direção-Geral da Administração Interna

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

GAM – Grupos de Ajuda Mútua

ICSoR – *International Conference on Survivals of Rape*

INMLCF – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade

MP – Ministério Público

ODM – Objetivos de desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RCNI – *Rape Crisis Network Ireland*

RSI – Rendimento Social de Inserção

Sr. – Senhor

Sra. – Senhora

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRP – Tribunal de Relação do Porto

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNCT – Equipas Nacionais das Nações Unidas

UNDG – Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas

WAVE – *Women Against Violence Europe*

1. Introdução

i) A escolha do Relatório de Estágio ao invés da Dissertação

O segundo ciclo de estudos implica, da parte do aluno, uma escolha que define o modo como este termina o mestrado, dando continuidade ao período letivo por que passou.

Ao abrigo do art.30º do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa¹, “o estudante indicará se deseja elaborar uma dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio”. Uma vez que o Relatório de estágio apresenta uma componente mais prática, em que o aluno tem a possibilidade de ser inserido no mercado de trabalho e aprofundar os seus conhecimentos, quer teóricos quer práticos, esta constitui uma escolha que, para muitos, será óbvia.

Uma das vantagens consideráveis de um relatório de estágio é a oportunidade do contacto direto com outros profissionais. Na verdade, nada mais enriquecedor do que um trabalho em equipa, sobretudo, se se trata de colegas com grande experiência profissional. Este aspeto está ausente numa dissertação que é um trabalho, essencialmente, de carácter individual.

Também o fato de poder existir partilha de conhecimentos, com uma grande variedade de profissionais de diferentes áreas, confere a esta modalidade um particular interesse.

O estágio tem uma componente maioritariamente prática, obrigando a uma rotina, inclusivamente, de horários, que leva a um maior rigor no cumprimento dos objetivos comuns.

É este um meio eficaz para preparar o aluno para eventuais futuras atividades profissionais. É de notar que a possibilidade de o estágio constar do Curriculum Vitae constitui uma preciosa mais-valia.

¹ Disponível em WWW: <URL: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/2775.pdf>>.

ii) Estrutura do Relatório de Estágio

Relativamente à estrutura deste Relatório de Estágio, optou-se por que ela fosse simples e sucinta, por uma questão de essencialidade e com o fim de não perder de vista o objeto principal deste relatório.

Começa-se por introduções acerca das próprias questões do estágio e da contraposição entre relatório de estágio e dissertação, uma vez que é essencial dar as razões que levam os alunos a optar pela primeira modalidade e não pela segunda.

Após estas notas introdutórias, torna-se imperativo caracterizar a Associação de Mulheres contra a Violência, pois foi graças à oportunidade que esta proporcionou que o projeto foi possível. Nomear os objetivos e as funções da AMCV, bem como referir a sua estrutura e organização, é imprescindível para compreender quais as linhas que definem esta Associação. O passo seguinte é, naturalmente, saber qual o modelo de intervenção da AMCV, de modo a entender a sua posição em relação às formas de agir. Ainda dentro deste subcapítulo da AMCV, podemos encontrar os eventos mais importantes desta Associação.

De seguida, surge a parte do estágio propriamente dito, ou seja, o real objeto deste trabalho. Começa-se por apresentar o plano de estágio, idealizado e realizado numa fase muito inicial e elaborado em conjunto com a AMCV e que demonstra quais as atividades que foram inicialmente propostas para a elaboração do estágio.

Naturalmente, é essencial definir e caracterizar uma série de conceitos que se tornam fulcrais para entender e compreender o tema de que este relatório trata.

O ponto seguinte trata, precisamente, de enquadrar as questões que mais serão debatidas neste trabalho – Violência Doméstica e Violência Sexual – no ordenamento jurídico Português.

O capítulo seguinte subdivide-se nos três grandes projetos que foram desenvolvidos no âmbito do estágio: *A agenda pós-2015, a IV Conferência Internacional sobre Sobreviventes de Violação*, e por último, *Os Novos Desafios*

na área da Violência Sexual. Nesta fase, tentou-se caracterizar cada um dos projetos, enumerando os seus objetivos e as atividades que lhes eram inerentes. Na conclusão de cada um dos projetos, procurou-se demonstrar quais as funções desempenhadas dentro de cada um deles e verificar se os objetivos haviam sido atingidos ou não e entender as razões. Cada um dos projetos apresenta particularidades interessantes, que vale a pena definir e delinear. É este o conteúdo mais importante do relatório, uma vez que foram os projetos que ocuparam a maior parte do tempo do estágio, tendo sido eles que proporcionaram um conhecimento mais profundo sobre questões ligadas às áreas dos Direitos Humanos, Direito Penal e Direito de Família. Também se decidiu inserir, neste capítulo, um subcapítulo a que se chamou “Outras Atividades”, que representa o que foi sendo desenvolvido e realizado sem que estivesse diretamente relacionado com os projetos iniciais e prioritários. Aqui se inserem os atendimentos presenciais, que se podem considerar dos momentos mais interessantes e marcantes de todo o estágio, tanto a nível profissional, como até mesmo pessoal. Nomeadamente, permitiu acompanhar de perto o caso de uma senhora que, por ter sofrido de violência doméstica, se encontra numa casa-abrigo. Esta situação apresenta diversas particularidades que, por serem merecedoras de um maior desenvolvimento, se encontram, mais à frente, relatadas. Estes atendimentos foram ocasião de uma maior consciencialização das questões que envolvem este tipo de problema e constituíram uma importante aprendizagem para lidar com uma situação tão delicada e complexa, como a da violência doméstica.

Propus-me ainda desenvolver uma questão que surgiu no âmbito do estágio e que me pareceu interessante. Trata-se de explorar e entender a possibilidade de as ONG's de mulheres poderem constituir-se como assistentes em processos-crime. O desafio principal consistiu em perceber se este representa ou não um bom instrumento de defesa para as mulheres e se está efetivamente a ser utilizado ou não.

Termo este trabalho com um conjunto de conclusões que me pareceram pertinentes, tais como a relação com as orientadoras, as expectativas em relação ao

estágio e a sua correspondência com a realidade e a relevância que atribuí a este estágio.

2. O Estágio

2.1 Instituição de acolhimento - A Associação de Mulheres contra a Violência

2.1.1 Caracterização e principais objetivos

“A Associação de Mulheres Contra a Violência é uma organização não-governamental (ONG), de utilidade pública, independente, laica e sem fins lucrativos, cujo objeto é a promoção dos Direitos Humanos, nomeadamente ao nível dos Direitos das Mulheres, Jovens e Crianças, e o combate a todas as formas de Violência e Discriminação”².

Esta ONG reconhece que tanto os Direitos das Mulheres, como os dos Jovens e Crianças, são Direitos Humanos e que, portanto, devem ser alvo de igual atenção por parte de toda a sociedade e devem ser legalmente protegidos, não deixando espaço para que violações não sancionadas destes direitos ocorram.

A AMCV tem um papel muito ativo na divulgação dos Direitos das Mulheres, Jovens e Crianças, pretendendo com isso informar, sensibilizar e consciencializar a sociedade para as questões da violência.

Para além disso, a AMCV procura formar profissionais na área da violência, tentando questionar e desafiar as atitudes vigentes e modificar crenças e padrões culturais que contribuem para a perpetuação deste tipo de violência, legitimando-a.

Esta Associação desenvolve também ações junto dos órgãos de poder com o intuito de aumentar a defesa dos Direitos Humanos.

Localmente, desenvolve parcerias, assim como, também as promove a nível nacional e internacional.

Procura identificar as necessidades das Mulheres, Jovens e Crianças em situações de violência, disponibilizando apoio especializado, bem como o seu acolhimento temporário de segurança.³

² Disponível em WWW:<URL: <http://www.amcv.org.pt/pt/amcv-mulheres/amcv/quem-somos>

³ Disponível em WWW:<URL: <http://www.amcv.org.pt/pt/amcv-mulheres/amcv/objectivos>

Em resumo, um dos objetivos principais da AMCV é quebrar o ciclo da Violência doméstica sobre as mulheres, jovens e crianças e trabalhar no sentido da sua prevenção. Deseja, também, informar e consciencializar toda a sociedade para as questões relacionadas com a violência. Tem ainda o intuito de sensibilizar os órgãos de poder de modo a que se promova a defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, Crianças e Jovens, bem como disponibilizar apoio especializado às vítimas. Para isso é necessário formar profissionais competentes para acompanhar as sobreviventes de violência.

2.1.2 Principais marcos da história da AMCV

- Constituição formal da Associação (1993);
- Adesão à Plataforma das ONG's do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – CIDM (1994);
- Atribuição do Estatuto de Instituição de Utilidade Pública (1998);
- Atribuição do Estatuto Consultivo Especial do Conselho Económico e Social das Nações Unidas – ECOSOC (1998);
- Inauguração da primeira Casa de Abrigo especializada na área da Violência Doméstica a nível nacional (2000);
- Atribuição do 1º **Prémio de Direitos Humanos Dr. Ângelo d'Almeida Ribeiro**, da Ordem dos Advogados (2001);
- Abertura do Centro de Atendimento especializado na área da Violência contra as Mulheres, Crianças e Jovens (2001);

- Adesão à Euro-Mediterranean Network for Youth Trafficking Prevention (2006);
- Atribuição do prémio “Carteira Virtual do Diário de Notícias” – SER (2006);
- Organização e promoção da 11ª Conferência Regional Europeia da International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect ISPCAN (2007);
- Criação do Grupo de Mulheres Auto representantes Sobreviventes de Violência Doméstica (2009);
- Lançamento do Ramo Nacional do Observatório sobre Violência Contra as Mulheres do Lobby Europeu das Mulheres (2009);
- Acreditação pela DGERT, enquanto Entidade Formadora (2010);
- Atribuição do **Prémio Beneficência** – Fundação Calouste Gulbenkian (2010).

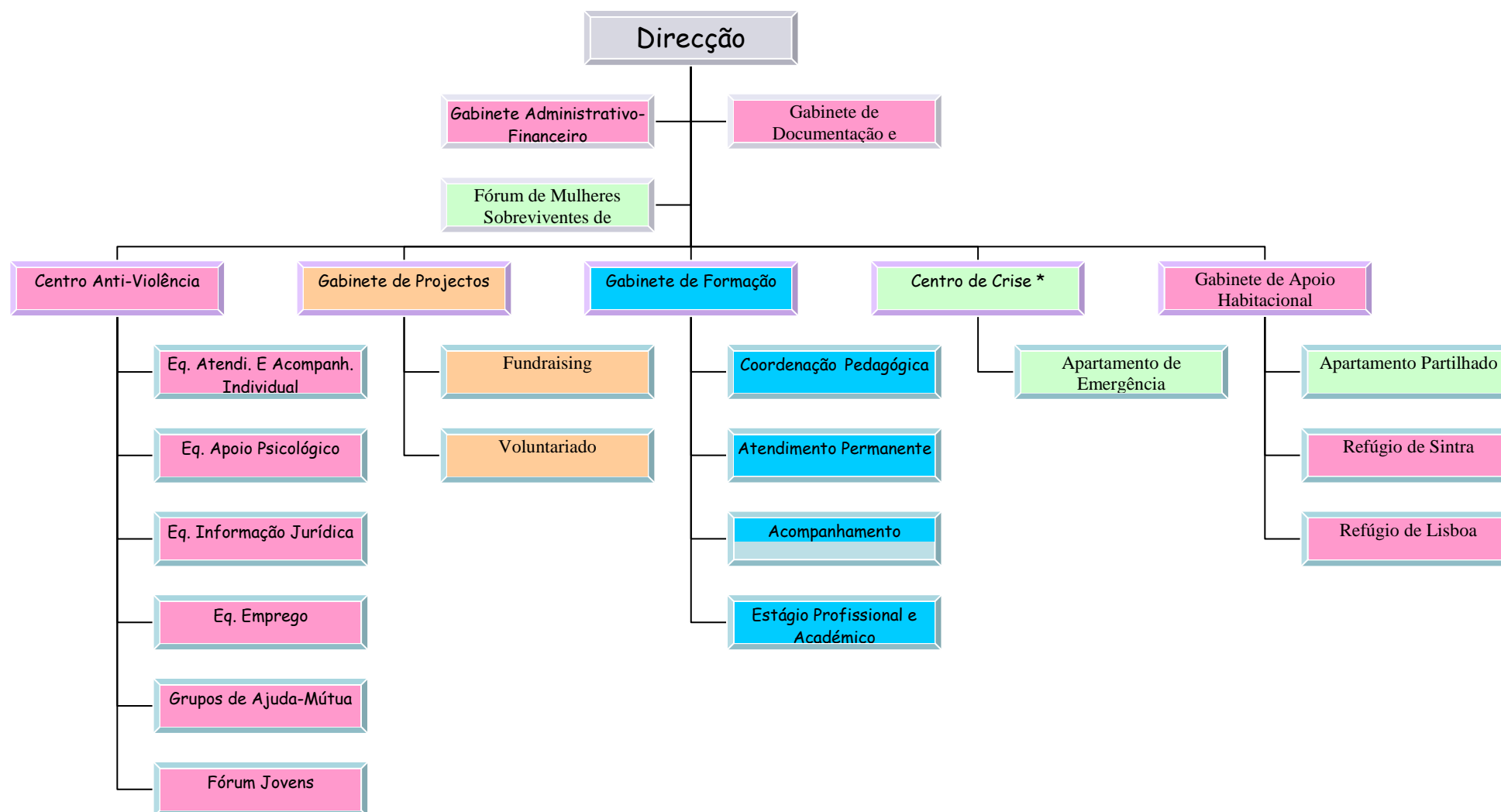
2.1.3 Organização e estrutura

Como referido anteriormente, A AMCV é uma ONG – associação de mulheres de utilidade pública e, como tal, rege-se pela legislação dirigida às Associações⁴. Os órgãos sociais são constituídos por onze elementos distribuídos pela Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal. A Direção tem competências de gestão da organização.

Abaixo encontramos o Organograma da AMCV que demonstra a estrutura e organização da mesma.

⁴ Decreto-Lei nº 246/98 que contém as alterações da Lei n.º 37/99, de 26/05

Organograma da AMCV



*Uma vez que o Centro de Crise ainda aguarda aprovação da Segurança Social e uma vez que se sentiu a necessidade de dar resposta ao problema da violência Sexual, nasceu neste âmbito, o projeto “Novos desafios na área da Violência Sexual”

Fig.1

2.1.4 Modelo de Intervenção

A intervenção da AMCV assenta numa perspetiva educativa e de *empowerment* de apoio às vítimas, tendo em vista o seu fortalecimento para a vida futura, reconhecendo que as mulheres têm um grande potencial para serem agentes de mudança das suas vidas. Para isso, é importante conhecerem os Direitos que lhes assistem e que se encontram consagrados na Lei.

Com a noção de *empowerment* as profissionais da AMCV intervêm junto da vítima, sempre com a ideia que tem de ser ela a protagonizar a resolução dos seus problemas. Sendo o papel da AMCV de apoio, suporte e acompanhamento do processo, ajudando a mulher a refletir sobre o seu caso, a analisar as várias possibilidades de resolução e, conseqüentemente, a tomar decisões tendo em conta os recursos, seus e da comunidade, bem como o nível de risco avaliado. Em certos casos, as profissionais alertam as vítimas/sobreviventes da importância de envolver familiares, amigos e apoiantes, bem como outras instituições no novo projeto.

Neste contacto entre os profissionais e a vítima, para que esta se sinta valorizada, é importante que se reconheça a coragem e dignidade que foram precisas para enfrentar o problema da violência e quebrar o silêncio.

Uma vida livre, sem medo, sem violência e sem abusos, são direitos que a AMCV reconhece como fundamentais das mulheres, jovens e crianças. Considera, também, importante que a vítima possa recuperar o controlo da sua vida com a possibilidade de decisão do próprio futuro, o que implica um livre acesso à informação. A AMCV afirma que deverá existir um sistema de proteção social e legal que garanta os seus direitos.

A AMCV, tal como a maioria das Organizações de Mulheres, não considera a violência contra as mulheres como uma questão isolada, mas sim como um problema estrutural da nossa sociedade, que resulta de uma discriminação de género.

Tem como princípio de intervenção, valorizar a experiência vivida por estas mulheres, aceitando sempre a sua visão e respeitando as motivações que estão subjacentes às suas tomadas de decisão.

Considera fundamental o direito à informação, reconhecendo que este aumenta o poder de opção das mulheres, jovens e crianças.

Outro dos grandes princípios da AMCV é, exatamente, o direito das vítimas à confidencialidade, direito esse que visa a segurança e o bem-estar da vítima.

2.1.5 Serviços / atividades

O centro anti-violência (ilustrado no organograma) disponibiliza uma série de serviços, entre os quais:

a) Atendimento telefónico especializado

Através de serviço telefónico, é prestado aconselhamento técnico e acompanhamento de situações. São marcados atendimentos, para além de ser feita a articulação com os serviços de apoio da rede/comunidade (ex.: advogados, psicólogos, Segurança Social, etc.).

Na verdade, muitas vezes os primeiros contactos de pedido de ajuda são feitos através do telefone, algumas vezes pelo fato de as mulheres não poderem sair de casa, por questões de segurança, e outras por falta de informação. Como a morada da Associação é confidencial, é natural que seja este o meio disponível para a vítima pedir ajuda, a menos que ela seja reencaminhada por outra entidade.

Deste modo, esta modalidade de atendimento torna-se essencial, pois dá a opção às mulheres vítimas de violência de serem ajudadas sem mesmo sair de casa.

b) Atendimento e Acompanhamento Individual

Esta é uma modalidade diferente da anterior, por ser presencial, tornando, assim, mais fácil a avaliação da situação.

A técnica de atendimento individual informa a utente acerca dos seus direitos nesta área e sobre todos os apoios que lhe poderão ser disponibilizados. Faz-se uma avaliação da situação de risco da mulher, regista-se o historial de violência e, em conjunto com a mulher, formula-se o plano de intervenção que inclui um plano de segurança.

Conforme o risco e a vontade da vítima/sobrevivente, existe a possibilidade de se ponderar a necessidade de acolhimento em casa de abrigo.

c) Apoio psicológico para mulheres, crianças e jovens

É frequente que as mulheres que recorrem ao Centro tenham passado por experiências tão devastadoras e que já vêm tão de trás, que se encontrem psicológica e emocionalmente fragilizadas. Necessitam, pois, de se encontrarem a si próprias e perceber qual as melhores soluções para o seu futuro. Para tal, precisam de informação e orientação e, em algumas situações, de apoio psicológico.

Também as crianças e as/os jovens podem usufruir deste apoio. Neste caso, é utilizada a ludoterapia, baseada no jogo e no brincar, constituindo-se estes numa oportunidade para as crianças exteriorizarem emoções e criarem um laço de confiança com o terapeuta. Visa-se ajudá-las a ultrapassar as suas dificuldades, reorganizando o seu aparelho psíquico. O facto de este acompanhamento ser feito num espaço diferente do ambiente em que vive e, tanto quanto possível, acolhedor, faz com que a criança se sinta mais segura e capaz de comunicar com as técnicas.

No caso das/os jovens, o mesmo trabalho poderá ser feito, essencialmente, através da comunicação verbal, não se excluindo, no entanto, a possibilidade de usar as técnicas do jogo ou do desenho. Em ambos os casos, pretende-se que a/o jovem trabalhe o impacto que a violência experienciada teve em si de forma a abrir novos horizontes e se prepare para os desafios da vida futura. É muito importante que ele perceba que o facto de viver num ambiente violento e hostil, não significa que o tenha, necessariamente de reproduzir.

d) Aconselhamento jurídico

A AMCV disponibiliza, também, informação jurídica sobre os direitos das vítimas/sobreviventes. Fornece-lhe conhecimentos práticos, quer seja a nível da apresentação de uma queixa-crime ou da regulação do poder paternal, do divórcio, do pagamento de dívidas em atraso, entre outros.

A mulher é também aconselhada quanto aos passos a seguir num processo judicial. Tenta-se fazer uma ponte de ligação entre a mulher e a sua/seu advogada/o, de modo a que a vítima se sinta mais segura e informada.

e) Equipa de Emprego

Este serviço tem como objetivo facilitar a integração/reintegração das vítimas no mercado de trabalho. Visa ainda promover o fortalecimento da qualificação de competências profissionais, sendo mais fácil para as mulheres atingirem, desse modo, a autonomia.

A AMCV oferece uma série de serviços no âmbito deste apoio e traça, desde logo, um Plano de Ação, que incluirá a inscrição das mulheres no Centro de Emprego, a elaboração dos seus currículos, a construção dos portfólios e a formação no sentido de as orientar para as entrevistas. Disponibiliza, ainda, uma sala de computadores para que as mulheres possam fazer as suas pesquisas.

Existe, também, a possibilidade de as mulheres serem acompanhadas pelas técnicas até ao local das entrevistas, sempre no intuito de que elas se sintam protegidas/apoiadas.

f) Grupos de Ajuda Mútua

Estes grupos são dirigidos, mais uma vez, às mulheres vítimas de violência. Procuram ser um espaço de partilha e de criação de laços de solidariedade, tendo em vista a promoção da confiança entre elas.

Estimula-se a auto-estima e a sua capacidade de tomar decisões. Os GAM são uma mais-valia, no sentido em que é mais fácil a comunicação entre pessoas com experiências de vida semelhantes.

g) Fórum para Jovens

Neste espaço as/os jovens sobreviventes de violência participam ativamente no planeamento de projetos e nas atividades, manifestando os seus interesses pessoais. Este fórum consiste em reuniões regulares, em horários acordados pelas partes.

Aqui, as/os jovens podem partilhar os seus problemas e as suas preocupações, possibilitando-se a continuação de redes de suporte e fortalecimento.

h) Centro de Documentação

O Centro de Documentação disponibiliza informação especializada nas áreas da violência contra as Mulheres, Jovens e Crianças e dos Direitos Humanos – nomeadamente, das mulheres, jovens e crianças. Basicamente, fornece material nestas áreas, através da pesquisa, tratamento e divulgação de informação. Pretende sensibilizar a sociedade e implementar campanhas de prevenção e disseminação na área da violência contra as mulheres.

Este Centro pretende atingir todas/os as/os profissionais e interessadas/os na área, bem como todas as ONG's de mulheres. Sobretudo, deseja ser um ponto de informação para as mulheres e população em geral.

O Gabinete de Projetos abrange uma série de ações que a AMCV promove ou em que participa. É através destes mesmos projetos, que a AMCV sensibiliza e consegue progredir no que respeita à violência contra as mulheres. Os temas dos projetos variam consoante as necessidades sentidas.

Também o Gabinete de Formação, ilustrado no organograma, disponibiliza pacotes de formação para profissionais. É o caso, das/os advogadas/os, juristas, magistradas/os, agentes de polícia, psicólogas/os, professores, educadoras/es,

enfermeiras/os, médicas/os e assistentes sociais, nas áreas dos Direitos Humanos, da Violência Doméstica, Abuso Sexual de Crianças, *Bullying* e Tráfico de Mulheres.

A AMCV, tem, neste sentido, desenvolvido ao longo destes anos, cursos, seminários de formação e conferências internacionais.

Já o Gabinete de Apoio Habitacional disponibiliza os seguintes serviços:

a) Casas de Abrigo

Estes espaços são destinados a acolher, temporariamente, as mulheres vítimas de violência. Caso tenham filhos, estes poderão acompanhá-las, sendo que os de sexo masculino apenas poderão permanecer nestas casas, até aos doze anos de idade. Devido à vulnerabilidade das mulheres, estes espaços necessitam de uma segurança extrema.

Por se tratar de uma ONG, a AMCV disponibiliza estes serviços gratuitamente.

Os objetivos destas casas passam por fornecer um espaço temporário às mulheres e aos seus filhos, de modo a criar um ambiente de segurança longe dos agressores, protegendo a sua integridade física e psicológica. Visam, também, proporcionar às mulheres melhores condições de saúde, educação e bem-estar. Promovem, além disto, a sua participação social e cívica, numa perspetiva de defesa dos Direitos Humanos, bem como a sua autonomia e *empowerment*.

A AMCV dispõe de duas casas de abrigo. São espaços de alojamento seguro e temporário para as vítimas de violência. A sua localização é, evidentemente, confidencial, de modo a proteger as mulheres e crianças que lá se encontram.

As profissionais da AMCV devem à sua atuação junto das mulheres e crianças a máxima confidencialidade, sobretudo porque estão a trabalhar com pessoas em estado de sofrimento. É de notar que existe uma ética profissional e um código deontológico que consagram o sigilo profissional.

Estas casas destinam-se a mulheres que se encontram em situação muito vulnerável e que, por estarem em risco de vida, necessitam, não só, de deixar o local onde se encontra o perigo, como também, de serem acompanhadas. Esta situação ocorre independentemente da sua nacionalidade, idade, religião ou cultura.

2.2 O Plano de Estágio

O plano de estágio foi elaborado em conjunto com a AMCV. Fazia prever que estaria envolvida em dois projetos: “IV Conferência Internacional sobre sobreviventes de violação” e “Novos Desafios no Combate à Violência Sexual”. No entanto, com o decorrer do tempo e por se sentir tal necessidade, foi introduzido mais um projeto – “A Agenda pós-2015”.

O plano de estágio, por ser demasiado detalhado, encontra-se em anexo (Anexo I).

2.3 Conceitos Essenciais

2.3.1 Violência de Género contra as Mulheres

A AMCV⁵, em parceria com outras entidades, define a Violência de Género contra as mulheres como a “violência praticada contra as mulheres por serem mulheres ou afetando, de forma desproporcional, as mulheres. É uma forma de discriminação contra as mulheres e constitui uma violação dos seus Direitos Humanos. Inclui todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos e sofrimentos a nível físico, psicológico, sexual, económico ou atos de privação de liberdade, abrangendo, igualmente, a ameaça de tais atos, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Já o preâmbulo do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à violência Doméstica e de Género 2014-2017, na sua introdução, diz que “a violência de género é uma grave violação dos direitos humanos, em particular das mulheres,

⁵ ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA [et al.] – Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais. 1ª ed. Lisboa: AMCV, 2013. ISBN 978-989-98600-1-8.

tal como foi definida na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da ONU em 1995⁶. É também um grave problema de saúde pública, como afirmou a OMS, em 2003. Várias têm sido as recomendações de organismos para Europeus e Internacionais, ao longo da última década, no sentido de se intensificarem os esforços por parte dos Estados para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres”. O V Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 funda-se nos pressupostos da Convenção de Istambul. Assume-se como uma mudança de paradigma nas políticas públicas nacionais de combate a todas estas formas de violação dos direitos humanos fundamentais, como são os vários tipos de violência de género, incluindo a violência doméstica. Segundo a Convenção de Istambul, “a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens e que levou à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do seu pleno progresso”. Afirma, ainda, que “A natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no género”, e que ela é “um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens”.

A DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES⁷ reconhece que este tipo de violência é um obstáculo à igualdade e ao desenvolvimento destas, confirmando ser necessária a adoção de um conjunto de medidas destinadas a combatê-la.

Considera-a uma violação dos Direitos e liberdades fundamentais, comprometendo o seu gozo, por parte das mulheres, e preocupa-se com o declínio que se tem verificado em relação à proteção e promoção desses mesmos direitos e liberdades.

Do ponto de vista histórico, insere esta problemática nas desiguais relações de poder entre homem e mulher, que levaram à discriminação da mulher, impedindo o seu pleno progresso, ficando submetida a um papel inferior.

⁶ Adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para igualdade, desenvolvimento e paz, 1995.

⁷ Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 48/104 de 20 dez. de 1993

Preocupa-se pelo fato de alguns grupos, como por exemplo, “mulheres pertencentes a grupos minoritários, mulheres indígenas, mulheres refugiadas, mulheres migrantes, mulheres residentes em comunidades rurais ou remotas, mulheres indigentes, mulheres internadas em instituições ou detidas, crianças do sexo feminino, mulheres com deficiência, mulheres idosas e mulheres em situações de conflito armado, serem especialmente vulneráveis à violência”.

Invoca, ainda, o conteúdo do parágrafo 23 do anexo à resolução 1990/15⁸, em que se reconhece a generalização da violência contra as mulheres na família e na sociedade e verifica que esta acontece independentemente do rendimento, classe social ou cultura, concluindo que urge tomar medidas eficazes.

Em consequência das preocupações acima elencadas, a Declaração, no seu art.1º, define a expressão *violência contra as mulheres*, como sendo “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada”.

No seguimento deste artigo, o art.2º completa-o e, sem pretender ser exaustivo, define os atos abrangidos por este tipo de violência:

- ❖ “Violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração”.
- ❖ “Violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada”.

⁸ Do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de 24 de Maio de 1990

- ❖ “Violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra”.

A WAVE, enquanto Organização Europeia, também define este conceito como sendo “qualquer ato de violência baseado no género que resulta, ou é provável que resulte, em danos físicos, sexuais ou psicológicos, bem como em sofrimento para as mulheres. Inclui-se nesta definição as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, quer ocorram em público ou na vida privada”⁹.

A nível de legislação internacional vinculativa – devido à cláusula de receção plena do art. 8º da nossa Constituição – existe uma convenção em matéria de direitos das mulheres, conhecida por CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1979).

A CEDAW não se refere de forma expressa à violência, no entanto, o Comité encarregue da aplicação da convenção (Comité CEDAW) manifestou-se no sentido de que a violência de género está proibida pela Convenção, uma vez que se trata de uma forma de discriminação.

Como diz a Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza¹⁰ “A lei, de origem interna ou internacional, não muda só por si os comportamentos, os hábitos ou as convicções. Ajuda e legitima essa mudança, mas sem fortíssimo investimento em educação e publicitação, não passará de uma piedosa declaração de intenções. A persistência tenaz da violência nas relações humanas – na esfera doméstica e nas relações de género, como noutras –, infelizmente, não permite grande otimismo”.

Concluindo, constata-se que as várias definições de violência de género contra as mulheres e dos diferentes atos que a constituem são muito similares, com

⁹ Protect II – Capacity Building in Risk Assessment and Safety Management to Protect High Risk Victims.

¹⁰ Disponível em [www:< URL: http://www.fund.unl.pt/Anexos/5145.pdf](http://www.fund.unl.pt/Anexos/5145.pdf)

diagnósticos afins. Todas estas entidades citadas chamam a atenção para a inadiável urgência de solução de um tão grave problema.

2.3.2 Violência contra as mulheres como uma violação de Direitos Humanos

A violência é um exercício de poder do mais forte sobre o mais fraco. A violência contra as mulheres constitui, em larga medida, uma manifestação da desigualdade histórica e estrutural das relações de poder entre os homens e as mulheres. Esta violência, que se manifesta de diversas formas, tem vindo a agravar-se e a ganhar novos contornos em todos os países e também em Portugal, nomeadamente no que respeita ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual¹¹.

Em todo o mundo, a violência contra as mulheres é um problema sobre o qual há uma maior consciência e informação, tornando, por isso, cada vez maior a intolerância deste fenómeno. A grande falta de ética que está subjacente a esta problemática torna mais grave esta questão, já de si tão inaceitável e revoltante. As suas implicações traduzem-se também em efeitos bem palpáveis, tais como, consequências na saúde pública, traumatismos sérios, capacitações e até mesmo mortes¹².

É sabido que as mulheres que sofreram abusos têm altas taxas de gravidez não desejada, de abortos, de infeções sexualmente transmissíveis, incluindo o *HIV*. Está internacionalmente reconhecido o impacto da violência a nível psicológico, o qual toma muitas vezes a forma de depressão, ansiedade, dificuldade em dormir, etc.

¹¹ Cfr. II Plano Nacional para a Igualdade – Resolução do Conselho de Ministros nº184/2003 de 25 de Novembro.

¹² Disponível em WWW: <URL: <http://recli.elsevier.es/pt/violencia-contra-mulher-e-violacao/articulo/90220070/#bib2>>.

Verifica-se que grande parte dos casos de violência contra as mulheres é perpetrada por parceiros íntimos masculinos, o que deve constituir matéria de reflexão.

O estudo da OMS sobre saúde da mulher, publicado em 2005¹³, considera que a violência contra as mulheres é, não só causa como consequência da desigualdade de género. Constitui um círculo vicioso que, para além das próprias, tem grandes repercussões em toda a família, especialmente nas crianças.

Daí a necessidade de se implementar e promover programas de prevenção primária, tendo em vista o combate à desigualdade de género.

“A igualdade entre mulheres e homens é um objetivo social em si mesmo, essencial a uma vivência plena da cidadania, constituindo um pré-requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa”¹⁴.

2.3.3 Violência Sexual

A AMCV¹⁵, em parceria com outras entidades, refere-se à violência sexual como “qualquer ato sexual, tentativa de ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejados, atos de tráfico ou dirigidos contra a sexualidade das mulheres e das crianças, usando coerção, independente da sua relação com a vítima, em qualquer contexto, não implicando atos com penetração”. Acrescenta ainda que “pressionar ou forçar a ter relações sexuais; pressionar, forçar ou tentar relações sexuais desprotegidas; forçar a ter relações com outras pessoas” são, também, exemplos concretos de violência sexual.

A Convenção de Istambul¹⁶ aborda, também, a questão da violência sexual ao definir esta problemática.

¹³ World Health Organization. Multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes, and women's responses. Geneva, 2005.

¹⁴ V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não-discriminação, 2014-2017.

¹⁵ ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA [et al.] – Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais. 1ª ed. Lisboa: AMCV, 2013. ISBN 978-989-98600-1-8.

¹⁶ Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica

A este respeito, veja-se o seguinte artigo:

<p style="text-align: center;">Artigo 36.º</p> <p style="text-align: center;">Violência sexual, incluindo violação</p>
<p>1. As Partes deverão adotar as medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para assegurar a criminalização da conduta de quem intencionalmente:</p> <p>a) Praticar a penetração vaginal, anal ou oral, de natureza sexual, de quaisquer partes do corpo ou objetos no corpo de outra pessoa, sem consentimento desta última;</p> <p>b) Praticar outros atos de natureza sexual não consentidos com uma pessoa;</p> <p>c) Levar outra pessoa a praticar atos de natureza sexual não consentidos com terceiro.</p> <p>2. O consentimento tem de ser prestado voluntariamente, como manifestação da vontade livre da pessoa, avaliado no contexto das circunstâncias envolventes.</p> <p>3. As Partes deverão adotar as medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para assegurar que as disposições do n.º 1 também se aplicam a atos praticados contra os cônjuges ou companheiros ou contra os ex-cônjuges ou ex-companheiros, em conformidade com o direito interno.</p>

Esta é uma abordagem que tem como elemento definidor o não consentimento por parte da vítima. Este conceito é, para alguns, insuficiente, uma vez que este “não consentimento” por parte da vítima é, muitas vezes, difícil de provar. O que deixa algumas pessoas na dúvida quanto a este elemento é precisamente o facto de que as vítimas possam não consentir sem expressar verbalmente um “Não”.

O código Penal Português¹⁷ apesar de não definir violência sexual aborda esta temática transpondo os termos violação e coação sexual que, por sua vez, se inserem no próprio conceito de violência sexual, constituindo uma modalidade deste.

Para este efeito confira-se o art.164º do CP acima transcrito.

¹⁷ Art.164º, Código Penal.

O bem jurídico que o CP pretende proteger com este artigo é precisamente a liberdade sexual da vítima/sobrevivente.

2.3.4 Violência Doméstica

A violência doméstica é um conceito importante e complexo que traduz uma violação dos direitos humanos das vítimas, no contexto de uma relação de intimidade, tornando-se, por isso, numa situação perversa na perspetiva da vítima.

Cada vez mais, esta forma de violência é falada e conhecida. São várias as entidades que se pronunciam acerca da violência doméstica:

A AMCV¹⁸ em parceria com várias outras entidades refere-se à violência doméstica como “todos os atos de violência física, sexual, psicológica e económica que ocorrem na família ou no contexto doméstico, abrangendo a violência contra as crianças e as/os idosas/os, de acordo com as definições referenciadas nas convenções internacionais, tais como na Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a Violência doméstica”.

A Convenção de Istambul¹⁹ vai mais longe, acrescentando que estamos perante um caso de violência doméstica, “quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima”.

Também o Código Penal Português se refere a este tema:

<p align="center">Artigo 152.º²⁰</p> <p align="center">Violência doméstica</p>
<p>1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:</p>

¹⁸ ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA [et al.] – Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais. 1ª ed. Lisboa: AMCV, 2013. ISBN 978-989-98600-1-8.

¹⁹ CONSELHO DA EUROPA, COMITÉ DE MINISTROS - Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica.

²⁰ Contém as alterações dos seguintes diplomas: Lei n.º 65/98, de 02/09 ; Lei n.º 7/2000, de 27/05 ; Lei n.º 59/2007, de 04/09 e Lei n.º 19/2013, de 21/02

a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou

d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.

Com a incriminação, este artigo pretende proteger, claramente, a integridade física e psíquica, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual e até mesmo a dignidade da vítima.

“Violência Doméstica é definida como qualquer conduta ou omissão que inflija reiteradamente sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto, (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar ou que

não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, ascendente ou descendente”²¹.

A violência doméstica é um problema transversal, ocorrendo em diferentes contextos, independentemente de fatores sociais, económicos, culturais, etários. Embora seja exercida na grande maioria sobre mulheres, atinge direta, ou indiretamente crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis ou com deficiência física.

Apesar de algumas abordagens académicas chamarem a atenção para um aparente aumento das vítimas de sexo masculino, verifica-se uma prevalência esmagadora de vítimas do sexo feminino, bem como uma crescente exposição estatística de vítimas de escalões etários mais elevados.

O aumento dos números de denúncias-crime expressos nas estatísticas oficiais é fruto de uma maior visibilidade do fenómeno, de campanhas públicas de sensibilização, maior consciencialização das vítimas para os seus direitos e maior exposição mediática.

Tendo em consideração que as formas de violência ocorrem, fundamentalmente, no espaço privado do lar, e dada a fragilidade das vítimas, esta problemática requer por parte das autoridades policiais uma atenção especial, no que respeita à garantia da segurança e proteção das mesmas, salvaguarda e preservação dos seus direitos no respeito da lei.

De acordo com Celina Manita²², “uma das maiores e mais complexas especificidades da violência doméstica é precisamente ser «doméstica», ocorrer no contexto de relações íntimas nas quais o agressor, para além de uma particular proximidade afectividade, dispõe de todo um leque de conhecimentos e estratégias para controlar a(s) vítima(s)”. Celina Manita dispõe ainda que “para além da componente emocional e sexual, os companheiros partilham projectos,

²¹ Comissão de Peritos para o Acompanhamento da Execução do I plano contra a Violência Doméstica, 2000.

²² MANITA, Celina – A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal: Estudo Preliminar de Caracterização. 1ª ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005. ISBN 972-597-269-4.

papéis e responsabilidades relativos à sua vida e à vida dos filhos, como a gestão dos bens, a alimentação, a educação, as actividades sociais e profissionais”. Esta é outra grande problemática deste tipo de violência. A proximidade entre o agressor e a vítima, bem como a influência que aquele exerce sobre esta pode ditar o fim mais trágico.

O relatório Anual de Segurança interna de 2012 da DGAI²³ divulga os dados referentes às ocorrências de violência doméstica (VD) participadas à GNR e à PSP, em 2012. “Foram registadas 26.678 ocorrências, o que representa uma diminuição 7,9% relativamente a 2011. São apresentados dados detalhados sobre o Registo da participação, a Vítima, o/a Denunciado/a, a Ocorrência e as estruturas especializadas existentes nas Forças de Segurança (FS) em matéria de investigação e acompanhamento das vítimas. São também divulgados no Relatório Anual de Segurança Interna da DGAI de 2013 os quantitativos referentes ao 1º semestre de 2013²⁴: 12.780 participações registadas pelas FS, o que corresponde a uma taxa de variação de +3,7% face ao período homólogo de 2012. O relatório inclui ainda um capítulo de caracterização das ocorrências participadas segundo o tipo de relação vítima-denunciado/a”.

Já o relatório de segurança interna de 2013 diz que neste ano “foram registados 27.318 participações de violência doméstica pelas forças de segurança – GNR e PSP “

Como se pode verificar, em 2013, constataram-se mais 640 participações, relativamente ao registado em 2012, que correspondeu a um aumento de 2.4%.

Neste contexto, assinalaram-se 40 homicídios conjugais/passionais, os quais tiveram como resultado 30 vítimas do sexo feminino e 10 vítimas do sexo masculino.

Em suma, a taxa de participações feitas às forças policiais está a aumentar e é de notar que 75% das vítimas de crimes passionais são mulheres.

²³ Disponível em URL:< <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=101&mid=109&arquivo>

²⁴ Disponível em URL:< <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>

2.3.5 Vítima / Sobrevivente

A AMCV, em parceria com outras entidades, define vítima/sobrevivente como sendo a “pessoa que vivencia e sobrevive a uma situação de violência, na grande maioria dos casos são mulheres e crianças. O termo vítima é normalmente utilizado no contexto jurídico ou legal, reconhecendo que as pessoas que são alvo de violência têm o direito à protecção e à indemnização por via do sistema judicial. A terminologia sobrevivente atende à necessidade de contestar a ideia de que a mulher é inactiva ou passiva face à situação de violência, valorizando os seus conhecimentos e as suas estratégias de prevenção e intervenção face à violência, numa perspectiva de *empowerment*”. Adjacente a este conceito encontra-se o termo de “*empowerment*” que, por se encontrar agregado, por assim dizer, ao de vítima se torna também ele muito importante de definir. Assim, no manual da AMCV já anteriormente referido, podemos encontrar esta mesma definição como o “processo através do qual os indivíduos, as organizações e as comunidades adquirem o controlo sobre as suas vidas, implicando o desenvolvimento da sua consciência crítica, a promoção da participação nos processos de tomada de decisão e o acesso a recursos, incluindo a informação”.

Também Lee Ann Hoff²⁵ se pronuncia sobre este conceito dizendo que o termo vítima/sobrevivente é o mais correto e que se refere a uma variedade de pessoas independentemente da relação que tenha com o agressor. Vai mais longe quando acrescenta alguns exemplos de relações entre a vítima/sobrevivente e o agressor: Podem ser familiares, colegas de trabalho, estranhos, cliente/paciente e até alguém com quem tenha uma relação de intimidade. «Vítima» destina-se a reconhecer explicitamente a própria vitimização, e ao mesmo tempo transmite a ideia de que o potencial de uma pessoa abusada para o crescimento, o desenvolvimento e a capacitação estão postos em causa.

²⁵ Cfr. Violence and Abuse Issues – Cross-cultural perspectives for health and social services de Lee Ann Hoff.

Ainda a Convenção de Istambul contempla no seu art.3º esta definição como sendo “qualquer pessoa singular que seja sujeita aos comportamentos específicos das alíneas a) e b)” ou seja, aqueles que foram previamente definidos como “violência contra as mulheres” e violência doméstica”.

Já o Protect II²⁶, utiliza de uma forma geral o termo vítima associado à legislação e a direitos, reconhecendo que as mulheres e as crianças que experienciaram violência, sofreram uma injustiça e têm direito à justiça, protecção e indemnização. No que respeita ao termo sobrevivente, este é mais aplicado em relação à experiência de violência e ao reconhecimento de que a mulher, não só sofreu violência (enquanto sujeito passivo), mas ativamente tentou evitar, resistir e lidar com a mesma.

2.3.6 Agressor

Este é talvez o conceito mais difícil de definir por não haver uma linha concisa dos seus comportamentos. No entanto, parece consensual que agressor é aquele que pratica atos de violência, estando aqui enquadrados quer homens quer mulheres.

A AMCV em parceria com outras entidades, limita-se a dizer que agressor é “a pessoa que comete actos de violência, usualmente são homens”.

De acordo com Celina Manita²⁷ agressor é aquele que pratique “qualquer forma de uso intencional da força, coacção ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de acção intencional que, de algum modo, lese os direitos e necessidades dessa pessoa”.

²⁶ WAVE; De Montfort University; CAADA – Protect II: Capacity Building in Risk Assessment and Safety Management to Protect High Risk Victims. 1ª ed. Viena: WAVE, 2012.

²⁷ Cfr. CELINA MANITA, A intervenção em agressores no contexto da Violência doméstica em Portugal – Estudo preliminar de caracterização.

2.4 Enquadramento das questões da Violência Doméstica e Sexual no Ordenamento Jurídico Português

A violência doméstica é um fenómeno universal que atinge vários grupos e camadas sociais, tanto crianças como idosos, mulheres, homens, ricos e pobres. É certo que há grupos que, por alguma razão, são mais vulneráveis, como por exemplo, o caso de mulheres e crianças.

Antes de mais, importa agora debruçarmo-nos sobre a definição de crime, em geral, para podermos enquadrar, depois, o crime específico de violência doméstica.

A APAV²⁸ entende por crime “o comportamento voluntário, ou em alguns casos negligente, do qual resulta a violação de normas penais que visam proteger e salvaguardar os bens jurídicos fundamentais à sobrevivência da vida em sociedade”. Exemplos destes bens jurídicos são a vida, a integridade física e moral, a liberdade, a autodeterminação sexual e a propriedade.

Como sabemos, os crimes podem ser particulares, semipúblicos ou públicos.

Nos crimes particulares, os processos, à semelhança dos crimes semipúblicos, só podem ser abertos pelo MP caso a vítima tenha apresentado queixa. No entanto, além disto, há um prazo de 10 dias após a apresentação da queixa, para a vítima pedir a sua constituição como assistente e a intervenção de advogado para que, no final da fase de inquérito, aquela possa deduzir acusação particular. Não o fazendo, o processo é arquivado. São crimes particulares, por exemplo, as injúrias e a difamação.

Os crimes semipúblicos são aqueles cujo processo se inicia apenas com apresentação de queixa, sendo que esta só é válida no caso de ser apresentada pela vítima do crime. Existe um prazo de seis meses para a queixa – que tem de

²⁸ Cfr. APAV – INFOVÍTIMAS: Conheça os seus Direitos enquanto Vítima de Crime. 1ª ed. Lisboa: APAV, 2013.

manifestar a vontade expressa da vítima de abrir um processo – ser feita. Só nestas condições é que o procurador poderá, de fato, abrir o processo.

São crimes semipúblicos, por exemplo, a violação, o furto simples, as ofensas à integridade física simples, entre outros.

Os crimes públicos são aqueles que, pela sua natureza, basta que haja conhecimento do MP da ocorrência de um crime, para que este deva instaurar o processo-crime, ou seja, não é necessário que a vítima apresente queixa, podendo estes crimes ser denunciados por qualquer pessoa. São crimes públicos, por exemplo, o homicídio, o abuso sexual de crianças e a violência doméstica.

Perante a Lei Portuguesa, a violência doméstica é crime. Este crime vem consagrado no CP no seu art. 152º, que tem como epígrafe “violência doméstica”.

Com as alterações ao CP²⁹, o crime de maus-tratos passou a assumir a natureza de crime público, que tem as implicações acima referidas.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem³⁰ “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.*”

Esta é a base que nos leva à conclusão que a violência é uma forma grave de violação dos direitos humanos e que a violência doméstica deve ser considerada crime pela lei penal.

Sendo a violência doméstica um **crime público**³¹, qualquer cidadão que assista ou tenha conhecimento de uma situação deste tipo de violência pode denunciá-la, para se dar início ao procedimento criminal, não havendo possibilidade de desistência por parte da vítima.

²⁹ Introduzidas pela Lei nº 7/2000, de 27 de Maio.

³⁰ De 1949, no seu art.1º.

³¹ A decisão de classificar este crime como público não é linear, visto que se, por um lado, a vítima beneficia de uma possível intervenção de terceiros, por outro, pode sofrer uma interferência na sua liberdade pessoal. O legislador, ao tentar proteger certos direitos, corre o risco de pôr em causa, outros.

O crime de violência doméstica, como já vimos, encontra-se consubstanciado no art.152º do código penal³², que decreta o seguinte:

<p style="text-align: center;">Artigo 152.º</p> <p style="text-align: center;">Violência doméstica</p>
<p>1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:</p> <p>a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;</p> <p>b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;</p> <p>c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou</p> <p>d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;</p> <p>é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.</p> <p>3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:</p> <p>a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;</p> <p>b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.</p> <p>4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.</p> <p>5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.</p> <p>6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.</p>

³² Lei 59/2007, publicada em Diário da República (1º Série) em 4 de Setembro de 2007.

Este artigo, tal como é hoje, nem sempre foi assim. Ao longo dos anos, foi sofrendo alterações. Entre outras modificações, agora o texto do código usa, agora, pela primeira vez, a expressão violência doméstica na própria epígrafe do artigo, separando matérias como, a violação de normas de segurança, que, anteriormente, se encontrava combinado com o crime de maus-tratos.

Para a Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza³³, “É possível que a expressão *violência familiar* fosse uma expressão mais vernácula, mas a língua define-se pelo seu uso, muitas vezes além ou contra os cânones”³⁴. Por outro lado, em certos casos, esta expressão não seria a mais adequada, visto que nem sempre se trata de relações estritamente familiares, em sentido técnico-jurídico.

É certo que também a expressão “violência doméstica” não cobre todas as situações, uma vez que pressupõe uma situação em que exista coabitação.

A revisão do CP de 2007, para além das modificações acima referidas, trouxe outras alterações. Ampliou a descrição do fato típico, incluindo novas expressões “maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais” “de modo reiterado ou não”³⁵, abrindo, assim, o leque das situações de violência doméstica.

Acrescentou, também, como possível vítima “a pessoa do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação”.

Relativamente aos menores, introduziu, também, uma agravante para o agente que pratique o fato contra estes, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima, subindo assim, a moldura penal de um para dois anos, mantendo-se o máximo nos cinco anos.

Acerca destas alterações a Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza³⁶ observa que “O legislador está certamente a levar a sério a incriminação da violência

³³ Beleza, Teresa Pizarro – Jornadas sobre a Revisão do Código penal – Violência doméstica. Revista do CEJ. ISSN:1645-829x. Ano2008: nº8 (especial), p.281.

³⁴ Por outro lado, em certos casos, esta expressão não seria a mais adequada, visto que nem sempre se trata de relações estritamente familiares, em sentido técnico-jurídico.

³⁵ Beleza, Teresa Pizarro – Jornadas sobre a Revisão do Código penal – Violência doméstica. Revista do CEJ. ISSN:1645-829x. Ano2008: nº8 (especial), p.289.

³⁶ Beleza, Teresa Pizarro – Jornadas sobre a Revisão do Código penal – Violência doméstica. Revista do CEJ. ISSN:1645-829x. Ano2008: nº8 (especial), p.290.

entre pessoas próximas, familiar, doméstica, ou como se queira chamar. A jurisprudência terá o caminho aberto por esta revisão de 2007 relativamente facilitado, uma vez que as especificações do preceito são mais acentuadas. Pode dizer-se, no entanto, que esse caminho ainda apresenta alguns obstáculos, designadamente as hipóteses de concurso de normas entre violência doméstica e ofensas agravadas pela relação entre autor e vítima”.

Com a incriminação do art.152^{o37}, pretende-se a proteção dos bens jurídicos – integridade física e psíquica, liberdade pessoal, liberdade e autodeterminação sexual e honra. O crime de violência doméstica é “um crime específico impróprio, cuja ilicitude é agravada em virtude da relação familiar, parental ou de dependência entre o agente e a vítima”³⁸. O tipo objetivo inclui as condutas de violência física, psicológica, verbal e sexual, que tenham uma pena menor que esta, por força de outra disposição legal.

As vítimas deste tipo de crime podem ser o cônjuge ou a pessoa com quem o agente mantenha uma relação análoga à dos cônjuges (incluem-se aqui, também, as pessoas do mesmo sexo que mantenham este tipo de relações), mesmo que não coabitem.

A Lei nº59/2007 dispensa a existência de laços familiares entre a vítima e o agente ao tempo do fato, ao abranger o ex-cônjuge ou pessoa com quem o agente “tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges”. Também aqui, podem ser enquadradas como vítimas de violência doméstica as pessoas particularmente indefesas, ou seja, aquelas que por se encontrarem numa situação de fragilidade merecem ter este tipo de proteção legal. Exemplos de pessoas particularmente indefesas são as de idade precoce ou avançada, as portadoras de deficiência, as grávidas ou as que dependam economicamente do agente do crime.

³⁷ Disposição introduzida pela Lei nº59/2007, de 4 de Setembro

³⁸ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. 2ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. ISBN 978-972-54-0272-6

Os “maus tratos físicos”³⁹ e os “maus tratos psíquicos”, a que o nº1 deste artigo se refere, correspondem, respetivamente, ao crime de ofensa à integridade física simples e aos crimes de ameaça simples ou agravada, coação simples, difamação e injúrias.

Importante, é frisar o fato de que “não é admissível o crime continuado de violência doméstica em virtude da nova Lei nº 40/2010, de 3 de Setembro. Mas também para os factos ocorridos antes da entrada em vigor desta lei vale a mesma regra quando a violência doméstica implique violência física ou psíquica, pela razão de que o dolo deste meio de supressão da vontade da vítima é incompatível com a constatação de uma diminuição considerável da culpa”⁴⁰. Assim, parece não haver culpa sensivelmente atenuada sempre que o agente utilize, repetidas vezes, violência física ou psíquica sobre a vítima, sendo, neste caso, a sujeição da vítima obra do próprio agente.

Para efeitos de saber qual a pena aplicável ao agente deste tipo de crime, o Tribunal deve ter em consideração agressões anteriores do mesmo agente à mesma vítima, mesmo que a vítima, por qualquer razão, tenha desistido do procedimento criminal contra esse agente em ocasiões anteriores. Isto quer dizer, que a pena deve ser mais gravosa sempre que estejamos perante situações recorrentes de agressão.

Em relação ao crime de Violência Sexual, que é por si só, um crime contra a liberdade sexual, o CP Português não se pronuncia exatamente sobre este crime, mas consagra, no seu Capítulo V, os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Focar-me-ei, apenas, no crime de violação, por ser aquele que, na minha opinião, melhor retrata este tipo de violência. Apesar de o conceito de violência sexual não constar do CP, enquanto tal, este conceito vem consagrado na Convenção de Istambul, no seu art.36º:

³⁹ A propósito dos maus tratos, Cfr. Acórdão do STJ, de 17 de Outubro de 1996, in CJ, Acs. Do STJ, IV, 3, 170

⁴⁰ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. 2ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. 467 p. ISBN 978-972-54-0272-6.

<p>Artigo 36.º</p> <p>Violência sexual, incluindo violação</p>
<p>1. As Partes deverão adotar as medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para assegurar a criminalização da conduta de quem intencionalmente:</p> <p>a) Praticar a penetração vaginal, anal ou oral, de natureza sexual, de quaisquer partes do corpo ou objetos no corpo de outra pessoa, sem consentimento desta última;</p> <p>b) Praticar outros atos de natureza sexual não consentidos com uma pessoa;</p> <p>c) Levar outra pessoa a praticar atos de natureza sexual não consentidos com terceiro.</p> <p>2. O consentimento tem de ser prestado voluntariamente, como manifestação da vontade livre da pessoa, avaliado no contexto das circunstâncias envolventes.</p> <p>3. As Partes deverão adotar as medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para assegurar que as disposições do n.º 1 também se aplicam a atos praticados contra os cônjuges ou companheiros ou contra os ex-cônjuges ou ex-companheiros, em conformidade com o direito interno.</p>

Esta convenção já foi ratificada por Portugal e entrará em vigor em Agosto deste ano de 2014. Até então, o nosso ordenamento jurídico não contempla a violência sexual de forma autónoma. Talvez por se tratar de um conceito demasiado abrangente, consagra, apenas, algumas formas deste tipo de violência, tais como, a violação, a coação sexual e a fraude sexual. Uma vez que tal conceito não consta do ordenamento jurídico Português, irei restringir-me ao conceito de violação, apenas como exemplo ilustrativo. Para este efeito, confira-se o seguinte artigo do CP:

<p>Artigo 164.º</p> <p>Violação</p>
<p>1 - Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa:</p> <p>a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou</p> <p>b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;</p>

é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa:

- a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou
- b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;

é punido com pena de prisão até três anos.

Segundo Paulo Pinto de Albuquerque⁴¹, o bem jurídico que se pretende proteger com a incriminação é a liberdade sexual da vítima. A liberdade sexual decorre do direito que o indivíduo tem de dispor do seu corpo, parte integrante da sua autonomia pessoal, sendo um elemento fundamental do direito à intimidade e vida privada.

A violação é um crime de dano, ou seja, não se consuma, apenas, com um potencial perigo, sendo necessário que ocorra uma efetiva destruição do bem jurídico, que se pretende proteger. O tipo objetivo consiste em obrigar/forçar a vítima a sofrer ou a praticar, consigo ou com outra pessoa, um ou mais atos sexuais enunciados neste artigo. Aqui, se inserem os atos enumerados pela alínea a) e b) do nº1 deste artigo. O agente do crime (agressor) pode ser uma pessoa do sexo masculino ou feminino, desde que tenha mais de dezasseis anos de idade. Já a vítima do crime não tem limite máximo ou mínimo de idade, podendo ser, igualmente, do sexo masculino ou feminino. No caso de a vítima ser menor de idade, poderá implicar um agravamento da moldura penal e a definição da natureza do procedimento criminal.

⁴¹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. 2ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. ISBN 978-972-54-0272-6.

De acordo com o Código comentado de P. Pinto de Albuquerque, em regra, este crime é cometido por um “*intraneus*”, que tem a especificidade de ter uma posição de autoridade em relação à vítima.

A grande questão que se coloca, e que resulta do disposto neste artigo, é saber se o elemento definidor deste tipo de crime é o “não consentimento” por parte da vítima, ou não. Se este é, realmente, o elemento que determina estarmos perante um crime, então, no caso de a “vítima” consentir os atos praticados pelo agente, não estamos perante um crime. Mas, se por outro lado, a vítima não consentir que aqueles atos descritos pelo art.164º do CP sejam praticados, então trata-se de um crime de violação.

Sobre esta matéria⁴², o Ac. do STJ de 25/11/92 adotou a teoria, que acabou por vinculá-lo na sua decisão, de que a violência no crime de violação «tem de se traduzir na prática de actos que tenham como resultado o constranger a vítima a suportar uma conduta que não quer, numa construção da figura em que o constrangimento corresponde a um ter de suportar uma determinada actuação, contra a vontade e sem possibilidade do exercício de uma reacção com recurso aos meios normais de defesa contra tal.»

Este entendimento foi assegurado no Ac. do TRP de 13/04/2011. Estava em causa a violação, ou não, de uma mulher, por parte do médico psiquiatra que a acompanhava. O referido Acórdão fixa que «A violência exigida pelo artº 164º tem de traduzir-se na prática de actos de utilização de força física (como vis absoluta ou como vis compulsiva) contra a pessoa da vítima de modo a constrangê-la a não adoptar qualquer atitude de resistência às intenções do agente ou a vencer a resistência já oferecida. O simples desrespeito pela vontade da ofendida não pode ser qualificado de violência».

Pela interpretação das afirmações deste Tribunal, entende-se que o tipo de crime de violação não inclui enquanto elemento do tipo – o não consentimento da vítima. Veja-se: se o simples desrespeito pela vontade da vítima for equiparável

⁴² Disponível em WWW:<URL: <http://juscertus.blogspot.pt/2011/06/crime-de-violacao-previsto-e-punido-no.html>

ao “não consentimento”, temos que o “não consentimento”, não enquadra no tipo de crime de natureza sexual. A ser assim, o Tribunal não deveria, de seguida, entender que «será inútil aferir da ausência de vontade ou de consentimento da ofendida, na medida em que o crime de violação previsto no nº 1 do artº 164º do C.P. é um crime de execução vinculada, isto é, tem de ser cometido por meio de violência, ameaça grave ou acto que coloque a vítima em estado de inconsciência ou de impossibilidade de resistir». Ou seja, como não houve violência, não carece a verificação da falta ou não do consentimento da ofendida. A questão que permanece é a de saber se, havendo ato de violência, ainda teríamos de aferir o consentimento ou não da vítima.

Por outro lado, o conceito de violência neste tipo de crime, enquanto utilização de força física, leva a uma outra questão: a graduação da força que está intimamente relacionada ao tipo de vítima. Por exemplo, um empurrão num adulto, num homem, numa mulher, ou até mesmo, num doente fragilizado, impõe, necessariamente, resultados/danos diferentes.

É fundamental limitar o conceito de violência, já que equiparar a violência ao “não consentimento” da vítima ou ao ato de violência propriamente dito, poderá traduzir-se, em termos práticos, em respostas diferentes, ou seja, à absolvição ou não do arguido. Assim, numa circunstância extrema, pode acontecer que o Tribunal possa proferir decisões diferentes em casos idênticos, uma vez que, para o mesmo crime existem dois critérios que o definem, suscetíveis de obter resultados distintos.

Na doutrina Portuguesa, tem sido, na verdade, problemática, a limitação do conceito de violência, neste tipo de crimes.

Como diz o Professor Figueiredo Dias⁴³, “não basta nunca à integração do tipo objectivo de ilícito (...) que o agente tenha constrangido a vítima a sofrer ou a praticar, acto de violação, - isto é, que este acto tenha tido lugar sem ou contra a vontade da vítima”.

⁴³ Disponível em WWW:<URL: <http://www.carloscanaes.pt/2011/12/02/consentimento-ou-resistencia-da-vitima-no-crime-de-violacao/>

Defende este Professor que «o meio típico de coacção é pois, antes de tudo, a violência, existindo esta quando se aplica a força física (como vis absoluta ou como vis compulsiva), destinada a vencer uma resistência oferecida ou esperada». Acrescenta, ainda, que «não basta a simples falta de consentimento, sendo preciso, por exemplo, a violência ou ameaça grave».

Já o Juiz Sénio Alves⁴⁴, defende que “na falta de referência expressa do artigo 164.º, n.º 1, à violência física, parece ser de concluir que tanto a violência física como a moral se determinaram a cópula, são elementos constitutivos do tipo de violação. É que a violência moral (consistente, v.g., no perigo de um mal maior para a vítima ou sua família) pode determinar a cópula e, a não ser que se reconduzissem factos deste tipo à noção de “ameaça grave” (com as dificuldades inerentes á determinação do que é «grave» e à respectiva prova), ela ficaria impune. (...) A «grave ameaça» é algo diferente, de um ponto de vista qualitativo. Consiste, penso, no colocar a vítima perante a iminência da verificação da violência (física ou moral) provocando-lhe um tal temor que a determine à cópula”.

No entendimento que a Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza faz deste acórdão (Ac. do TRP de 13/04/2011), “O que parece particularmente estranho nestes raciocínios é por um lado o ressurgimento de uma imagem (proto) típica da violação como uma situação de confronto físico em que o homem agride e a mulher se debate e grita por socorro (...) e por outro a invocação de um paradigma de protecção minimalista da liberdade de auto-determinação sexual para justificar um entendimento muito estreito da previsão legal, como se o entendimento liberal contra o padrão dos bons costumes significasse uma efectiva desprotecção dessa liberdade”⁴⁵.

A autora defende que este acórdão padece de vários defeitos, o mais importante dos quais será uma abusiva interpretação do conceito de violência. Parece que só existindo “sangue, tiros, gritos lancinantes e uma luta corpo a corpo” é que se trata de violência.

⁴⁴ Disponível em WWW:<URL: <http://juscertus.blogspot.pt/2011/06/crime-de-violacao-previsto-e-punido-no.html>

⁴⁵ Disponível em WWW:< URL: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/4199.pdf>

Com efeito, esta abordagem da Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza parece-me extremamente pertinente, visto que uma interpretação demasiado literal e restritiva da Lei pode resultar em consequências demasiado gravosas e de grande “violência” para a vítima. Parece-me que esta visão mais ampla da questão tem a possibilidade de se traduzir em decisões de uma maior justiça.

Na minha opinião, o tipo objetivo do crime de violação deveria ser apenas o “não consentimento”, uma vez que o fato de se ir contra a vontade de uma qualquer pessoa, já implica uma forma de violência. Penso que o conceito de “não consentimento” já abrange, por si só, o conceito de violência.

2.5 Atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio

2.5.1 Participação no projeto relacionado com a “Agenda pós-2015”

i) Introdução

Baseando-se numa consulta mundial, a ONU dá um passo importante com um projeto político pioneiro de grande envergadura – a Agenda pós-2015.

Esta destina-se a uma grande variedade de pessoas de diferentes setores, tais como políticos, especialistas, empresários, académicos e cidadãos em geral, dando uma particular atenção aos mais desprotegidos, tendo em vista, entre outros objetivos, a eliminação do flagelo da pobreza.

Esta notável iniciativa é orientada pelo UNDG, assim como por várias UNCT, tendo já influenciado importantes relatórios, como os do “Painel de Alto Nível da Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015” e o relatório “A Life of Dignity for All”.

A consulta realiza-se em duas fases. A primeira, que decorre em 2013, centra-se nas questões a serem, presumivelmente, incluídas numa Agenda para o Desenvolvimento pós-2015, dada a prioridade que lhes é atribuída. A segunda fase debruça-se sobre questões próprias da implementação, com consultas organizadas acerca de seis áreas de debate. São estas:

- localizar⁴⁶ a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015;
- ajudar a fortalecer as capacidades e as instituições;
- monitorizar de modo participativo, formas existentes e novas de responsabilização;
- implementar parcerias com o sector privado;
- promover a cultura e o desenvolvimento.

Havendo necessidade de assegurar a especificidade e produtividade dos debates, a segunda fase baseia-se nos resultados da primeira fase de consultas e ainda nos relatórios dos diálogos existentes.

Dado o contexto desta nova agenda, importa agora defini-la, traçando os seus objetivos e prioridades.

ii) Os objetivos de desenvolvimento do Milénio

A Agenda pós-2015 surge-nos, então, num contexto de continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁴⁷. Estes pretendiam uma mobilização de recursos com vista a desenvolver temas específicos, tais como o desenvolvimento e a erradicação da pobreza. Uma vez que os ODM expiram em 2015, esta data representa uma oportunidade para promover uma Agenda que assenta na realização dos Direitos Humanos. Importa que a Agenda contemple questões prioritárias, numa perspetiva de luta contra a pobreza, tendo sempre em consideração o princípio da igualdade e da dignidade humana.

Alguns desafios desta nova Agenda passam por questões relacionadas com a segurança alimentar, a segurança humana nos estados mais frágeis, o desemprego, as alterações climáticas, entre outras. Estão, portanto, todas elas relacionadas com os Direitos Humanos e a sua proteção.

⁴⁶ Utiliza-se esta palavra no sentido de definição e exploração dos meios de implementação da Agenda.

⁴⁷ Cfr. Factsheet Agenda de Desenvolvimento Global – PÓS-2015: Uma Agenda de Direitos Humanos

Todas estas melhorias deverão ser implementadas de forma sustentável, tendo como pilares de desenvolvimento a inclusão social, o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental.

Perante a crise em que vivemos, impõe-se a necessidade de encontrar novas formas de organização da sociedade, de relacionamento com o ambiente e de uma nova lógica económica. Assim sendo, o novo enquadramento pós-2015 tenciona responder às necessidades do mundo atual, alinhando a Agenda de desenvolvimento humano e a Agenda de sustentabilidade ambiental, numa lógica de interdependência e de reconhecimento de que o bem-estar das pessoas depende do respeito pelo meio ambiente.

A fim de assegurar que todos os direitos sejam respeitados e protegidos e evitar retrocessos, é preciso criar mecanismos de implementação concreta e formas de responsabilização nesta nova abordagem, de modo a que esta tenha um carácter vinculativo, não negocial e não arbitrário.

Por exemplo, a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos poderá ver ampliado o seu mandato, de forma a incluir os sucessores dos ODM, que devem ser tidos em conta e respeitados.

Poderão ser adotados outros mecanismos internacionais, de forma a reforçar instrumentos nacionais de monitoria e prestação de contas, tais como as instâncias judiciais e os parlamentos nacionais.

O acesso à informação é, neste caso, vital, no que concerne a prestação de contas em matéria de desenvolvimento e a luta contra a corrupção e evasão fiscal.

A condição primeira, imperativa, para acelerar o progresso de uma Agenda de Desenvolvimento, que visa a erradicação da pobreza nas próximas décadas, é o combate eficaz às desigualdades.

Para fazer face a estas desigualdades, o novo enquadramento pós-2015 deve conter três conceitos-chave:

- ❖ equidade - na distribuição dos benefícios e das oportunidades;
- ❖ igualdade – englobando questões de género, mas também, de igualdade perante a justiça, dentro do quadro normativo do Estado de Direito;
- ❖ não discriminação – através da proibição de distinção com base em argumentos infundados, que visam prejudicar a realização plena de direitos.

Estes três conceitos surgem porque se verifica um significativo aumento das desigualdades dentro e fora dos países, principalmente em países de desenvolvimento médio.

Daqui se conclui que o objetivo principal se centra na erradicação da pobreza na sua equação “rendimento de menos de um dólar por dia”.

Devido à emergência de novos poderes, ao número crescente de países de rendimento médio e ao surgimento de novas bolsas de pobreza nos países ditos desenvolvidos, é possível prever a alteração da distinção geográfica entre Norte e Sul, bem como, da ideia de poder até aqui pré-concebida, ou seja, é previsível uma completa modificação da tradicional distinção entre países financiadores e beneficiários. A China é um excelente exemplo desta situação, uma vez que é um país simultaneamente financiador e recetor de ajuda política ao Desenvolvimento.

Uma vez que os ODM foram criados e estruturados apenas para os países em desenvolvimento e a Agenda, pensada para ser universalmente aplicada, o caminho para atingir o sucesso passa por incorporar os objetivos na Agenda Nacional de Desenvolvimento. Deve, assim, envolver sempre os grupos ou comunidades onde o programa de desenvolvimento é protagonizado, tendo em atenção critérios e indicadores adotados localmente, no processo de levantamento de dados e de avaliação dos progressos de desenvolvimento.

É importante que a Agenda pós-2015 utilize dados desagregados, de forma a abranger diferentes grupos sociais, mesmo dentro do próprio país, isto porque os

dados, quando analisados a nível global, podem ocultar grandes desigualdades a nível regional e nacional.

Na conjuntura de hoje, onde 1/5 da população mundial vive em países que atravessam momentos de instabilidade política, violência ou conflito armado, torna-se imperativa a integração de um objetivo específico, relacionado com a segurança humana, a paz e a estabilidade dos Estados.

Desse modo, a Agenda deve centrar-se nas pessoas e na segurança humana, para que se alcance direitos tão fundamentais, como o direito a viver sem medo e sem privações. Necessita, ainda, de integrar o novo acordo para envolvimento dos estados frágeis delineado pelo G7+, na nova Agenda pós-2015, tendo em vista promover a paz, a estabilidade e a segurança das populações.

A Agenda pode e deve promover a cooperação internacional, baseando-se para isso, numa reforma considerável dos processos e das políticas de governação das instituições internacionais e dos mecanismos de coordenação entre Estados, renovando assim, o conceito de parceria global de desenvolvimento, quer a nível político e social mas também a nível ambiental.

Torna-se imprescindível que para esta nova Agenda se integre o debate sobre o financiamento do desenvolvimento, bem como o financiamento necessário para erradicar a pobreza e para promover o desenvolvimento sustentável.

iii) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

Fruto deste processo, nasceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20. Esta teve lugar entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade brasileira do Rio de Janeiro e a sua finalidade passou por discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Foi o maior e mais importante evento que as Nações Unidas efetuou. Nele participaram chefes de estados de cento e noventa nações, que preconizaram

mudanças a vários níveis, especialmente, no que respeita ao uso dos recursos naturais do planeta. Também se discutiram questões sociais, nomeadamente, a habitação.

Do Rio +20, nasceu o Relatório 2013 do Painel de Alto nível. Personalidades de todo o mundo exigiam uma nova parceria global para erradicar a pobreza e transformar as economias através do desenvolvimento sustentável, o que deu origem ao Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 que divulgou um relatório. Este relatório estabeleceu uma agenda universal, com objetivo de, através de um desenvolvimento sustentável, acabar com a pobreza extrema em todo o mundo até 2030.

O relatório apela a todo o mundo para que se reúna em torno de uma nova parceria global, que confira um papel ativo a cada indivíduo, num horizonte de esperança.

No seu relatório de 2013, o Painel de Alto Nível, formado por governantes e ex-governantes, propôs doze Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴⁸ (ODS):

a) Acabar com a Pobreza:

- Acabar com o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1.25 por dia;
- Aumentar em x% a participação de Mulheres e Homens, comunidades e empresas com Direitos sobre terras, propriedades e outros ativos;
- Através de sistemas de proteção, cobrir x% das pessoas que vivem na pobreza e que são socialmente vulneráveis;
- Criar resistência e reduzir as mortes por desastres naturais em x%.

b) “Dar força” às Raparigas e Mulheres e alcançar a Igualdade de Género:

⁴⁸ Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global

- Prevenir e eliminar todas as formas de Violência contra as Raparigas e Mulheres;
- Acabar com o casamento na infância;
- Assegurar a igualdade de direito das Mulheres quanto a possuir e herdar bens, assinar um contrato, registrar uma empresa e abrir uma conta bancária;
- Eliminar todas as formas de discriminação contra as Mulheres, quer na vida Política, como na Económica e na Pública.

c) Providenciar educação de qualidade e uma permanente aprendizagem:

- Aumentar em x% a proporção de crianças capazes de aceder e completar o ensino primário;
- Garantir que todas as crianças, independentemente das circunstâncias, completem o ensino primário, consigam ler, escrever e fazer contas, de modo a atenderem aos padrões mínimos de aprendizagem;
- Garantir que todas as crianças, independentemente das circunstâncias, tenham acesso ao ensino Secundário, aumentando assim, a percentagem de adolescentes que conseguem resultados de aprendizagem;
- Aumentar o número de Mulheres e Homens, Jovens e Adultos, com capacidades técnicas e profissionais necessárias para o mundo do trabalho.

d) Assegurar vidas saudáveis:

- Acabar com as mortes de crianças abaixo dos 5 (cinco) anos de idade;
- Aumentar em x% a proporção de crianças, adolescentes, adultos em risco e pessoas idosas que são completamente vacinadas;
- Diminuir a taxa de mortalidade materna;
- Garantir Direitos Sexuais e Reprodutivos, bem como, Saúde nessas áreas;
- Reduzir a carga da doença de *HIV / AIDS*, tuberculose, malária, doenças tropicais negligenciadas e doenças não transmissíveis prioritárias.

e) Garantir Segurança alimentar e boa nutrição:

- Acabar com a fome e garantir que todos têm o direito a ter acesso a uma quantidade suficiente, segura e monetariamente acessível a comida nutricional;
- Reduzir o nanismo e a anemia de todas as crianças até aos 5 (cinco) anos de idade;
- Aumentar a produtividade agrícola com foco no desenvolvimento sustentável, aumentando a produção dos pequenos agricultores e garantindo o acesso à irrigação;
- Adotar práticas sustentáveis a nível da agricultura, dos oceanos, das águas doces e da pesca. Reconstruir o armazenamento de peixe a níveis sustentáveis;
- Reduzir a perda pós-colheita e resíduos de alimentos em x%.

f) Atingir acesso universal à água potável e saneamento:

- Providenciar acesso Universal a água potável nas casas, escolas, centros de saúde e campos de refugiados;
- Melhorar a eficiência das águas na agricultura, indústria e nas áreas urbanas;
- Reciclar ou tratar todas as águas que foram desperdiçadas quer a nível municipal quer industrial;

g) Energia segura e sustentável:

- Dobrar a quota das energias renováveis;
- Assegurar o acesso Universal aos serviços de energia;
- Aumentar para o dobro a taxa global de melhoria da eficiência energética nos edifícios, indústria, agricultura e transporte;
- Eliminar gradualmente combustíveis fósseis que encorajam um desperdício de consumo.

h) Criar postos de trabalho, meios de subsistência sustentáveis e crescimento equitativo:

- Aumentar o número dos empregos bons e decentes e dos meios de subsistência em x%;
- Diminuir o número de Jovens sem educação, emprego ou experiência profissional;
- Fortalecer a capacidade de produção, fornecendo acesso universal a serviços financeiros e de infra-estruturas, como transportes e TIC;
- Incentivar novas *start-ups* e criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e aos negócios.

i) Gerir os Recursos de modo sustentável:

- Fazer com que todos os Governos e as grandes empresas tenham contas destinadas para uso económico, social e ambiental;
- Aumentar a preocupação em termos da sustentabilidade em x%;
- Salvar os ecossistemas, as espécies e a diversidade genética;
- Diminuir a desflorestação e aumentar a reflorestação;
- Melhorar a qualidade do solo, reduzir a erosão do solo e combater a desertificação.

j) Assegurar um bom Governo e Instituições eficientes:

- Providenciar identidades legais universais, tal como as certidões de nascimento;
- Assegurar a liberdade de expressão das populações bem como, o direito à greve e o acesso aos media e à informação;
- Promover, a todos os níveis, a participação das populações na política e nos compromissos cívicos;
- Garantir o direito do público à informação e acesso a dados do governo;
- Reduzir as taxas de suborno e corrupção.

k) Garantir sociedades estáveis e pacíficas:

- Reduzir as mortes violentas e eliminar todas as formas de violência contra as crianças;
- Assegurar que as Instituições de justiça são acessíveis, independentes e que têm recursos suficientes;
- Conter os fatores externos que levam ao conflito, incluindo aqueles relacionados com o crime organizado;
- Reforçar a capacidade, profissionalismo e responsabilidade das forças de segurança, da polícia e do poder judiciário.

l) Criar um ambiente favorável global:

- Apoiar um sistema de comércio aberto, justo e favorável ao desenvolvimento,
- Reduzindo substancialmente as medidas que distorcem o comércio agrícola, incluindo os subsídios;
- Implementar reformas para garantir a estabilidade do sistema financeiro global;
- Incentivar, a longo prazo, o investimento estrangeiro privado;
- Reduzir os fluxos ilícitos e evasão fiscal, bem como, o aumento de recuperação de ativos roubados;
- Promover o acesso à ciência, tecnologia, inovação, e aos dados de desenvolvimento.

iv) Atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto

No âmbito deste projeto, foi-me pedido que fizesse uma apresentação *powerpoint* destinada a uma reunião geral, em que estariam presentes todos os membros da equipa da AMCV, bem como as colaboradoras. Esta reunião foi convocada com o intuito de dar a conhecer esta Agenda às colegas que, de uma forma ou outra, se relacionam com o trabalho que a AMCV desenvolve.

Em segundo lugar, esta reunião implicaria um momento de reflexão sobre as questões levantadas e tentaria, ainda, avaliar qual o impacto que a Agenda poderá

ter a nível nacional, particularmente, na área dos Direitos Humanos/ violência contra as mulheres.

Para esta apresentação, baseei-me na recolha de pesquisa de informação, cruzando, não só a própria Agenda e os seus conteúdos, como também outros temas relacionados com os Direitos Humanos.

v) Conclusões

Esta Agenda ainda se encontra em desenvolvimento mas, como vimos, tem já um grande número de áreas prioritárias.

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre a Agenda de Desenvolvimento Global Pós-2015, em Portugal, várias organizações nacionais, públicas e de diferentes setores da Sociedade Civil juntaram-se para organizar um processo de consulta nacional. Esta tem como objetivo recolher contributos de um conjunto alargado de entidades de diferentes áreas, tendo em vista a construção de um documento – um relatório final, que será enviado ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Este deve refletir uma visão nacional relativamente à nova Agenda de Desenvolvimento, à sua implementação a nível local e à forma como esta pode influenciar o trabalho de todos/as nós ao longo dos próximos anos.

Esta consulta está a ser realizada por meio de um conjunto de *workshops*, culminando num evento final que contará com a participação de representantes de entidades internacionais, ligadas a este processo.

Já decorreram *workshops* em Lisboa, no Porto, em Coimbra e em Évora. Também a Chefia Regional da Madeira da Associação dos Escoteiros de Portugal se moveu, com sucesso, no sentido da realização de uma edição na Região.

Há quem critique esta Agenda, dizendo que se trata de um “plano” que foi delineado por um pequeno e centralizado grupo de especialistas, não tendo incluído, no processo de discussão, aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade, pobreza ou exclusão.

No entanto, em resposta a esta crítica, surgiram os questionários, acima referidos, que pretendem envolver a população nesta iniciativa.

2.5.2 Participação no projeto relacionado com a “IV Conferência Internacional sobre Sobreviventes de Violação: Violação, Sobreviventes, Políticas e Serviços de Apoio, um Desafio Europeu”

i) Introdução

A AMCV é a entidade promotora desta conferência, que se irá realizar nos dias 20 a 22 de Novembro, de 2014, em Lisboa, na Fundação Gulbenkian. Este evento é organizado pela AMCV, em colaboração com a organização *RCNI – Rape Crisis Network Ireland*.

A IV ICSOR 2014 pretende contribuir para o aprofundamento e conhecimento do impacto da violação nas sobreviventes, bem como, introduzir a dimensão das políticas europeias na área da violência sexual e, especificamente, do crime de violação. Outro dos objetivos desta conferência é desafiar as Instituições da União Europeia e os decisores políticos europeus a comprometerem-se a uma abordagem comum, a promoverem a recolha de dados estatísticos comparáveis e a implementarem medidas políticas que previnam e combatam, efetivamente, a violência sexual⁴⁹.

A IV ICSOR é dirigida a todos os profissionais que querem contribuir para “fazer a diferença” nesta área, ou seja, investigadores, decisores políticos, profissionais do sistema de saúde, profissionais de ação social e de educação, profissionais e voluntários que trabalham em ONG’s, IPSS’s e outras organizações da sociedade civil, bem como a todos os interessados em fazer a diferença neste campo.

⁴⁹ Disponível em WWW: <URL: <http://www.icsor.org/site/view/29/call-for-abstracts/>>

ii) Conteúdos da Conferência

Uma vez que esta Conferência só irá ter lugar em Novembro de 2014, as candidaturas ainda se encontram em aberto e há dados que ainda não são definitivos.

No entanto, sabe-se desde já, que esta se pronunciará sobre oito temas.

a) Prevenção e Combate da violação a nível europeu

- ❖ Monitorizar os compromissos e o cumprimento das obrigações relativas à proteção dos Direitos Humanos.
- ❖ Como pode a Europa construir uma abordagem comum sobre estas questões?
- ❖ Como podemos todos nós reagir contra a violação?

b) Recolha de dados europeus sobre a violência sexual e Violação.

- ❖ A necessidade de indicadores comparáveis
- ❖ Como harmonizar os dados e indicadores a nível europeu?
- ❖ Como recolher provas acerca dos custos da violência sexual e violação?

c) O impacto da violência sexual e Violação nas suas vítimas

- ❖ O que é que os sobreviventes nos dizem?

d) Cooperação das agências-multidisciplinares

- ❖ Eficácia dos modelos atuais de intervenção e tratamento para o processo de recuperação de sobreviventes
- ❖ Será que precisamos de mais recursos especializados e formação profissional?
- ❖ Como é atender as necessidades dos sobreviventes?
- ❖ É a sobrevivência centralizada?

e) Os programas de intervenção com os agressores sexuais

- ❖ São eficazes para a prevenção de novos crimes?
- ❖ Como é que eles garantem a segurança das vítimas / sobreviventes?

f) Questões jurídicas sobre Violação

- ❖ Como pode o sistema de Justiça ser mais eficaz na investigação dos crimes de violação, da punição dos infratores e proporcionar apoio às vítimas?
- ❖ Como pode o sistema de Justiça colaborar com o Sistema de apoio das vítimas / sobreviventes?

g) Prevenção e Educação Primária

- ❖ O papel do sector educacional e outros, na prevenção da violência sexual e violação
- ❖ Como podemos educar as crianças e os jovens a terem tolerância zero em relação à violência?
- ❖ Como podemos proteger as crianças e os jovens de serem vítimas de violência sexual e violação?

h) Voz dos Sobreviventes e “*Empowerment*”

- ❖ Como promover e apoiar a participação de sobreviventes em grupos de auto-ajuda, auto-representação e auto-defesa?

iii) Atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto

No âmbito deste projeto participei em reuniões de equipa e fiz parte do comité organizador. Enquanto membro deste comité, participei na divulgação, nomeadamente, na colaboração e elaboração dos suportes de divulgação.

Fiz pesquisa e recolha de informação sobre o tema da violação (a este propósito, ver ponto 2.4). Participei, também, na definição e convite aos membros do comité científico, que entre outras tarefas, terão o papel de analisar as

candidaturas e comunicações, permitindo, assim, uma melhor estruturação do programa da conferência.

iv) Conclusões

A violação é uma das formas mais devastadoras de violência baseada no género; no entanto, continua a ser considerada um tema “tabu” e permanece envolta em silêncio. Dados de âmbito europeu indicam que “apenas 2% a 10% dos casos de violação são denunciados”⁵⁰. Com esta iniciativa a AMCV pretende pôr a violência sexual, nomeadamente, a violação na Agenda Política.

2.5.3 Participação no projeto relacionado com os “Novos Desafios no combate à Violência Sexual”

i) Introdução

A violência sexual é um flagelo para a sanidade da população. As suas consequências na saúde da mulher são numerosas e nefastas: no potencial reprodutivo e na saúde sexual, gravidez indesejada, DST, VIH/SIDA, e no aumento de comportamentos sexuais de risco. Mas também ao nível da saúde mental, a violência sexual deixa sérias marcas, difíceis de ultrapassar.

Segundo a OMS, o abuso sexual é uma das principais causas de stress pós-traumático, calculando-se um valor de 33% de situações no sexo feminino e 21%, no masculino.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2012, em Portugal fizeram-se 375 queixas-crime de violação, o que significa que este representa 20% dos crimes sexuais.

O Conselho da Europa reafirma, por isso, a urgência de existir um sério compromisso por parte dos diferentes Estados-Membros, com o objetivo de erradicar a Violência de Género, nas suas diferentes formas.

⁵⁰ European Women’s Lobby (2013): EWL Barometer on Rape in the EU, 2013. Brussels: Creative Commons.

O comissário dos Direitos Humanos do CoE afirma que

“sexual assault of women is one of the most serious and a widespread human rights problems of our time. More needs to be done both to prevent and punish such crimes”⁵¹.

Em todas as culturas e níveis sociais existe este tipo de violência contra as mulheres. Segundo estudos da OMS, pelo menos uma em cada cinco mulheres teve uma tentativa de violação durante a vida. Pelos dados do RASI 2012, em Portugal, de entre os inquéritos investigados pela PJ, a maioria das vítimas são do sexo feminino.

No que diz respeito a menores, as vítimas são, também, na sua esmagadora maioria, do sexo feminino. Pelo contrário os agressores são, maioritariamente, do sexo masculino. As idades dos agressores variam entre os 16 e os 60 anos. Relativamente às idades das vítimas, 49% encontram-se entre os 16 e os 18 anos, 34% entre os 14 e os 15 anos e 14% entre os 8 e os 13 anos. Tendo em conta os dados apresentados e a dimensão do problema, compreende-se como é urgente e absolutamente prioritário, encontrar respostas especializadas para o combate a este flagelo. Seria necessária uma Agenda política centrada na prevenção e intervenção nesta área, mas também seria importante criar respostas sociais/comunitárias especializadas de apoio às vítimas/sobreviventes de violência sexual.

Diz-se no *IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica* (2011-2013) que “A violência de género resulta de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, que se traduz em atos de violência física, psicológica e sexual, cujas vítimas são, na sua grande maioria, mulheres, e que no seu extremo podem conduzir ao homicídio conjugal”.

Perante o panorama acima apresentado, torna-se urgente a criação de uma rede articulada de serviços de apoio a sobreviventes de violência sexual, que seja a base de políticas/planos nacionais de combate a esta forma de violência.

⁵¹ Thomas Hammarberg, 2010.

ii) Objetivos do Projeto

Este projeto⁵², que ainda se encontra numa fase muito inicial⁵³, tem como objetivos implementar uma rede articulada para a concretização de um modelo de intervenção integrado, coerente e abrangente, para responder às necessidades das destinatárias, otimizando e articulando recursos, bem como influenciando políticas públicas. Outro dos objetivos a atingir com este projeto é a implementação de um gabinete especializado para sobreviventes de violência sexual. Realizar uma petição *on-line* que conduza a alterações legislativas é outra meta a alcançar, tal como, implementar um GAM e auto-representação para sobreviventes.

Este projeto pretende, antes de mais, envolver os parceiros sociais intervenientes de primeira linha, no apoio a vítimas de violência sexual, com o compromisso social e político de delinear procedimentos e *standards* de qualidade nos diferentes domínios de intervenção. Pretende-se dar prioridade à área social, à saúde e à justiça, a fim de uma melhor intervenção junto de sobreviventes de violência, tendo em conta o risco e as necessidades das mesmas. As profissionais que intervêm nesta área necessitam de estar habilitadas com (in)formação e ferramentas especializadas. Através de um modelo de *empowerment* e *recovery* das mulheres e jovens, pretende-se uniformizar procedimentos, utilizando todos os referenciais de boas práticas quer a nível nacional como internacional, assegurando-se, desse modo, a defesa dos Direitos Humanos.

Em segundo plano, este projeto pretende implementar um gabinete, que em articulação com outras entidades, constitui um primeiro passo para a construção de uma rede de serviços de emergência para situações de violência sexual. Este é um marco importante, uma vez que Portugal não dispõe de estruturas especializadas, nem de um Plano Nacional estratégico de combate a esta forma de crime. O objetivo deste gabinete é facilitar toda a informação sobre o processo

⁵² A informação que se segue foi retirada da candidatura que a AMCV apresentou perante as entidades parceiras deste projeto.

⁵³ Ver a tabela que se encontra em anexo (Anexo II).

por que passam as vítimas de violação, prestando também apoio e informação à família e amigos de sobreviventes. Pretende, também, sensibilizar a sociedade civil para a questão da violência sexual, nas suas diferentes formas, isto é, quer seja violação, abuso sexual de menores, exposição à pornografia, violência sexual através da internet, etc.

De seguida, tenciona-se implementar vários GAM, de modo a que diminuam o isolamento das vítimas, promovam a sua auto-representação e contribuam para uma participação ao nível da comunidade. A partilha de histórias de vida promove o *empowerment* e o *recovery* das sobreviventes. Estes GAM são também uma forma de envolver as destinatárias no projeto, através dos temas abordados, das perceções e pontos de vista das próprias sobreviventes, o que irá influenciar o modelo de intervenção nesta área, dando prioridade às áreas identificadas pelas sobreviventes.

O passo seguinte será, naturalmente, preparar e organizar a divulgação e implementar uma petição *on-line* para a mudança de políticas públicas na violência sexual.

De seguida, produzir-se-á um *booklet* que visa fornecer informação básica sobre os tipos, causas e consequências da violência sexual, bem como informações práticas sobre o acesso a serviços de apoio para as vítimas.

Por último, será organizado um seminário final que se pronunciará sobre os resultados, as boas práticas do projeto e o impacto da petição pública. Este seminário será, essencialmente, um apanhado do trabalho realizado até então.

A nível da metodologia que será usada para a execução do projeto, esta passará por criar um conselho de parceiros e reuniões de parceria para definir políticas e estratégias de intervenção; uniformizar procedimentos, utilizando todos os referenciais de boas práticas a nível nacional e internacional; criar protocolos de intervenção, como instrumento de monitorização e *follow-up* do trabalho em parceria; envolver as sobreviventes, através de *focus-group*, na criação de procedimentos de boas práticas e elaboração do *booklet* informativo; promover

consultas e uma petição *online* e aplicar questionários que pretendam monitorizar o funcionamento do conselho de parceiros e a eficácia/qualidade das atividades do projeto.

iii) Sustentabilidade do Projeto

Relativamente à sustentabilidade deste projeto, a rede de parceiros, maioritariamente composto por entidades públicas, trabalha diretamente com as vítimas, quer ao nível das perícias do INMLCF, quer ao nível da Saúde, Hospitais Públicos e Privados, Maternidades, Serviços de Pediatria e outras. Toda a aprendizagem técnica, *booklet* e procedimentos acordados serão uma mais-valia para a continuidade dos serviços de suporte a situações de violência sexual. O gabinete de apoio será integrado nos serviços já disponibilizados pela AMCV e pela rede de parceiros. O investimento na formação em técnicas especializadas na área da violência contra as mulheres e todo o *know-how* reconhecido à AMCV, nacional e internacionalmente, serão um contributo para a sustentabilidade destes serviços. À semelhança dos Planos Nacionais contra a violência doméstica e igualdade de género, constitui, também, um *lobby* político necessário para a consolidação de uma política social no combate à violência de género, mais especificamente na vertente da violência sexual.

Para que se possa consolidar este modelo de intervenção inovador, é fundamental que, desde o primeiro momento, as/os profissionais reflitam relativamente à sua intervenção com as vítimas, quer ao nível da saúde, autonomia e justiça. Garantindo, assim, o exercício do direito das vítimas à reparação, responsabilização e penalização do perpetrador/agressor. Face à falta de gabinetes especializados nesta área, a implementação do gabinete acima referido, representa um primeiro passo para a construção de uma rede de serviços, centro de atendimento e acolhimento de emergência para situações de violência sexual. Portugal não dispõe destas estruturas, nem de um Plano Nacional estratégico de combate a esta forma de crime. O carácter pioneiro desta resposta vai abrir caminho para a discussão pública desta problemática, cada vez mais incidente na

sociedade Portuguesa. O modelo de intervenção, baseado numa perspetiva de *empowerment* e *recovery*, constitui por si só, uma inovação nesta área de intervenção.

iv) Potencial do projeto – Elementos inovadores

Este projeto representa um grande potencial, pois a participação de uma parceria especializada trará uma mais-valia em termos da capacitação de todos os peritos nele envolvidos. A disseminação deste modelo inovador de intervenção permitirá uma melhor *accountability* dos serviços e recursos disponíveis para as vítimas. A construção de uma relação de confiança e transparência entre a sociedade civil e as entidades governamentais é particularmente importante e benéfica no esforço para a implementação de planos nacionais estratégicos, assim como para ao estabelecimento de respostas para as vítimas/sobreviventes. A colaboração do IMLCF, da DGS, e de outras entidades nomeadamente Municípios é fundamental e será uma base para a construção desta relação Sociedade Civil/Estado, para a criação de linhas orientadoras no combate à Violência Sexual.

Outro ponto importante a referir é o plano de comunicação que lhe está associado e a existência de um conselho de parceiros que permitirá aferir as metas a alcançar para uma boa execução deste projeto

Para a eficácia do plano de comunicação estão representados, no conselho, os profissionais chave e com poder de decisão para a concretização dos resultados definidos. Serão utilizados todos os instrumentos disponíveis de comunicação, tais como, reuniões de trabalho presenciais e *on-line*, grupos de trabalho temáticos, petição e ainda, *email*, *fax* e telefone. A criação de um *booklet* e guia prático com informação relativa a todas as questões relacionadas com a violência sexual, permitirá, também, obter uma base de trabalho e de comunicação geral entre os profissionais e as destinatárias. O próprio gabinete irá contribuir para a comunicação e articulação com os sistemas de saúde e justiça, para, desta forma, manter a sustentabilidade do projeto.

v) Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto

No contexto deste projeto, participei na Sessão de Lançamento, onde o mesmo foi apresentado às diversas entidades e ao público em geral. Foram, também, oradores o Professor Jorge Costa Santos, do INMLCF, a Enfª Barbara Menezes, da DGS que apresentaram o panorama nacional no que diz respeito à área da violência sexual.

Foi, também, apresentado uma sumula do Estudo da *FRA – Fundamental Rights Agency* sobre a Violência contra as Mulheres, no contexto europeu.

Tive, também, a oportunidade de estar presente na primeira reunião da rede articulada e especializada, que irá colaborar na execução e concretização das atividades do projeto. Esta reunião foi muito importante, porque sendo a primeira, nela se definiu a linha que este projeto seguirá.

Notei que todos os temas podem ser motivo de “discussão” e que a problemática é tão difícil e complexa que, até mesmo o próprio conceito de violência sexual varia de entidade para entidade.

Procurei, também, ter um papel ativo na pesquisa e organização de informação, bem como na divulgação deste projeto.

vi) Conclusões

A meu ver, este é um projeto que tem um enorme potencial, pelo fato de sensibilizar a população e os decisores políticos para este tipo de violência, que tantas vezes é deixada de fora das discussões políticas.

A construção de uma relação de confiança e transparência entre a sociedade civil e as entidades governamentais é particularmente importante e benéfica no esforço para a implementação de Planos Nacionais Estratégicos para a prevenção da violência sexual e da violência contra as mulheres, a todos os níveis.

O objetivo principal deste projeto será articular uma série de respostas rápidas e eficientes para as vítimas/sobreviventes deste tipo de violência, disponibilizando recursos na comunidade que as poderão ajudar a não se sentirem fragilizadas e a conseguir ultrapassar a situação.

2.5.4 Outras Atividades

i) Atendimentos

Neste ponto do Relatório, enquadram-se os atendimentos que foram sendo feitos no decorrer do estágio, tendo sido o acompanhamento feito a apenas a uma Senhora.⁵⁴ Estas sessões eram feitas duas vezes por semana, sendo uma de acompanhamento psicológico e outra de informação jurídica. A parte de acompanhamento psicológico, consistia mais num suporte para a Sra. A, onde, numa primeira fase, ela contava a sua história e expunha as suas inseguranças e a psicóloga tentava traçar um perfil do agressor, de modo a avaliar o grau de risco da Sra., para consequentemente, tentar minimizá-lo. Já o apoio jurídico, pretendia definir uma linha de estratégia em Tribunal, facilitar as comunicações entre a Advogada e a Sra. e explicar de forma simples quais os procedimentos a seguir.

No contexto psicológico foram, portanto, trabalhados o sofrimento e o trauma produzidos pela própria violência enquanto que na informação jurídica se analisou toda a área processual e avaliação de risco.

O objetivo comum era avaliar o risco e aconselhar a Sra. A, de modo a que tomasse as decisões adequadas para ela e para a filha que está para nascer.

Por questões de confidencialidade, alguns dados serão omitidos.

A Sra. A, de 28 anos e grávida do 4º filho, vive em casa-abrigo, é sobrevivente de violência doméstica. Foi acolhida de urgência.

Percurso de vida:

⁵⁴ Que aqui consta como Sra. A

Foi adotada aos 3 anos de idade e, apesar de saber quem são os pais biológicos, não tem qualquer contacto com eles. Sempre teve uma relação conflituosa com o pai adotivo, que a própria diz que lhe “batia imenso”. Por esse motivo, saiu de casa aos 16 anos e foi para Londres trabalhar, onde permaneceu 4 anos, até lhe terem dito que a mãe adotiva se encontrava muito mal de saúde e que poderia morrer. Voltou então para Portugal, mas quando chegou, percebeu que era mentira e que tinha sido um “esquema” para que ela regressasse. Aos 21 anos, teve um relacionamento do qual nasceu o primeiro filho (de acordo com a Sra. A, ela fala todas as semanas com este filho menor).

Em 2010, iniciou um novo relacionamento, do qual nasceu o segundo filho. Chegou a morar com este companheiro até Janeiro de 2011, tendo engravidado do terceiro filho, neste mesmo ano. Este terceiro filho não foi reconhecido pelo pai. A Sra. A alega não saber porque este filho terá sido entregue para adoção, uma vez que os outros dois estavam institucionalizados. A Sra. chegou a dormir várias vezes na rua, pois não tinha para onde ir.

Em 2013, morou algum tempo na casa de uma colega, mas acabou por ter de sair, uma vez que os pais daquela não autorizaram a sua permanência por mais tempo. Entre Julho e Agosto deste mesmo ano, a Sra. A residiu em casa de um casal que a acolheu, e utiliza a morada deles em vários locais para que a correspondência seja para lá direcionada e para que depois o casal lha possa reencaminhar.

O 1º filho, nascido em 2007, vive com o pai (Sr. C) e com os avós paternos, com quem a Sra. A tem uma boa relação.

O 2º filho, nascido em 2010, vive com o pai (Sr. D), que é também agressor, e com os avós paternos.

O 3º filho, nascido em 2011 é também filho do Sr. D, que não reconhece a paternidade desta criança, foi entregue para adoção.

A Sra. A mantém contacto telefónico com a sua mãe adotiva quando o pai adotivo não se encontra em casa.

História da relação e de violência:

A Sra. **A** conheceu o Sr. **B** há cerca de dois anos, tendo ido viver com ele há cinco meses, de início para casa dos pais deste último e desde Dezembro de 2013, em casa própria. Em Novembro, descobriu que estaria grávida pela 4ª vez, de nove semanas. Durante o tempo em que viveu com este companheiro, foi por diversas vezes agredida. Chegou a apertar-lhe o pescoço inúmeras vezes e a proferir ameaças com recurso a arma branca - “andava sempre com a faca no bolso e dizia que me matava se algum dia eu fizesse queixa”.

O último episódio, aquele que provocou a denúncia, ocorreu no dia 1 de Janeiro de 2014, num jantar de família em casa dos pais do Sr. **B**. Segundo a Sra. **A**, pelas 20h ela dirigiu-se à casa de banho e ele foi ao seu encontro, tendo-lhe, sem razão aparente, apertado a barriga, puxado os cabelos e rasgado a camisola. Pelas 23h, regressaram a casa, dando-se início à *sessão* de injúrias e ameaças. De seguida, o Sr. **B** começou a pontapear as costas e a desferir murros na cara, tendo-se a Sra. **A** colocado deitada de barriga para baixo para proteger a sua bebé.

A Sra. **A** relata que era frequente o companheiro morder-se a ele próprio e alegar que teria sido a Sra. **A** a causar aqueles ferimentos, com a desculpa de que ela estaria a entrar novamente em depressão devido à gravidez.

Conclusão:

A Sra. **A** apresentou queixa no dia 3 de Janeiro de 2014 e foi ao IML no dia 6, desse mesmo mês. No fim-de-semana seguinte à agressão, o Sr. **B** foi para a porta da casa e começou a insultá-la, não tendo, no entanto, conseguido entrar, pois não tinha a chave da habitação.

Situação Económica:

A Sra. **A** encontra-se, neste momento, desempregada, auferindo apenas 178 € de RSI.

Situação de Saúde:

Está grávida de 18 semanas, tendo feito uma ecografia no dia em que integrou o centro de emergência (15/01/2014).

Foi acompanhada no Hospital **X** até aos 10 anos de idade, teve cancro da pele e é, por essa razão, que não tem pestanas e sobrancelhas.

Também lhe foram diagnosticadas epilepsia e asma, estando estas doenças estabilizadas, uma vez que desde os 10 anos não teve mais nenhum sintoma.

É acompanhada em psiquiatria desde 05/09/2011, devendo-se este acompanhamento ao facto de ter tido alguns episódios de depressão, mas controlados pela toma diária de medicação.

Situação Judicial:

Tem advogada nomeada para, como a própria diz, “tentar recuperar os meus filhos que estão à guarda dos avós paternos”.

Já fez o requerimento para a proteção jurídica para o processo-crime.

Teve um processo contra o pai do 2º filho por violência doméstica, processo esse que resultou na condenação do arguido por um crime de ofensa à integridade física simples.

Avaliação da Situação:

A Sra. **A** encontrava-se motivada para integrar uma casa de abrigo e reorganizar a sua vida, juntamente com esta filha que vai nascer.

Avaliação de risco: O aumento da frequência e severidade da situação, consumo de álcool por parte do Sr. **B**, ameaças de morte com recurso a arma branca, agressões físicas na gravidez, a ausência de retaguarda e apoio familiar colocaram a Sra. **A** numa situação de maior fragilidade, tendo por isso sido aceite a sua integração numa casa-abrigo.

Zonas de Risco:

Zona de residência do Sr. **B**, zonas de residência do agressor e dos seus familiares, tais como, as zonas de residência da Sra. **A** e seus familiares. Locais de trabalho, tanto do agressor como da Sra. **A**, como dos seus familiares e amigos. Zonas das escolas dos filhos e sítios que eram frequentados pela Sra. **A** e que o agressor conhecia, tais como, hospitais e outras. Conclui-se que há aqui três áreas de risco para a Sra. **A**.

Notas:

Costumava visitar os filhos presencialmente, mas combinou-se posteriormente que o contacto deveria ser feito telefonicamente e com apoio técnico.

Desde os 18 anos, apresentou indícios de depressão, mas os seus pais não a deixaram ser tratada, pois eram da opinião que quem anda em psicóloga ou psiquiatra é “maluco”. Começou a ser acompanhada em 2011, após o nascimento do primeiro filho. A Sra. **A** queixa-se que o barulho lhe causa muita confusão e que em situações ruidosas se sente tonta. Alega que a sua depressão não lhe dá para o suicídio.

Veio mais tarde a partilhar que, quando era pequena e ainda estava com os pais biológicos, estes a obrigavam (a ela e aos seus irmãos) a vender drogas na rua e que a mãe se prostituía e, inclusivamente, tinha relações sexuais à sua frente.

Informação jurídica:

Estão a decorrer: Processo Queixa-crime, o qual deu origem ao processo de proteção jurídica.

A Sra. **A** apresentou queixa-crime na GNR contra o Sr. **B** pelas agressões sofridas no dia 01 de Janeiro de 2014 por violência doméstica.

Foi nomeada advogada de defesa à Sra. **A**. Até agora cumprem-se as formalidades.

Foram nomeadas as testemunhas por parte da Sra. A (família do ex-companheiro, incluindo a mãe e os irmãos e a companheira de um dos irmãos, que estavam presentes no momento das agressões sofridas pela Sra. A)

Foi concedido o benefício de proteção jurídica proposta pela Sra. A.

Processo do 2º filho:

A ata de conferência (18/01/2013) diz que a Mmª. Juíz tentou o acordo entre as partes, o qual foi conseguido nos seguintes termos:

- O exercício das responsabilidades parentais cabe aos avós paternos, ficando estes encarregues de zelar por todos os interesses relacionados com a educação, saúde e bem-estar do menor, e nessa medida, cabendo-lhes os poderes/deveres exigidos ao adequado desempenho das funções – artº 1907º nº2, da Lei 61/2008, de 31/10, sendo que as responsabilidades parentais, na parte não prejudicada por esses poderes/deveres, serão exercidas em conjunto, por ambos os progenitores, nos termos do artº 1907º, nº3 do CC (na redação da lei nº61/2008, de 31/10).
- Os progenitores desde já autorizam os avós paternos a viajar com o menor para o estrangeiro, na companhia de um, do outro, ou de ambos.
- Visitas: Regime livre de visitas para a progenitora, com respeito pelos horários escolares, de alimentação e descanso da criança, avisando previamente os avós. Este regime funciona para os dias da semana, dias festivos e férias.
- Não se fixa qualquer regime de visitas para o progenitor, uma vez que este vive com os seus pais (avós paternos do menor)
- Alimentos: Os progenitores contribuirão, a título de alimentos para o menor, com a quantia mensal de 50 € cada um, num total mensal de 100 €, a pagar aos avós paternos até ao dia 5 do mês a que disser respeito, por qualquer meio idóneo ao pagamento.

Sentença:

- O Ministério Público, contra o Senhor **D** e a Senhora **A**, vem requerer a regulação do exercício das responsabilidades parentais do menor, 2º filho, nascido em --/--/----.
- Os progenitores acordaram quanto às responsabilidades parentais da criança (residência, exercício, regime de visitas e alimentos), nos termos referidos supra.
- Daquele acordo resulta estarem acautelados os interesses da criança, nos termos dos artºs. 1905º, 1906º e 1920º, todos do código civil.
- Nestes termos, julga-se válido o acordo antecedente, pela qualidade dos sujeitos nele intervenientes e pelo objeto, o qual se homologa, condenando as partes nos seus precisos termos.
- Custas por ambos em partes iguais.
- Valor tributário: 30.000,01€ (trinta mil euros e um cêntimo).
- Após trânsito, cumpra o disposto no artº 78, do C.R.C

Conclusões

Ao acompanhar esta senhora na partilha da sua viagem de vida, apercebi-me de que ela, como tantas outras, tem tendência a repetir os mesmos erros, acabando sempre por se envolver com homens agressivos. Em conjunto com as técnicas envolvidas nestes atendimentos, sentimos que a Sra. **A** se encontra numa busca incansável da família que nunca teve, quer pelo historial da sua relação com os seus pais, biológicos e adoptivos, quer pelas gravidezes sucessivas. Penso que, com as gravidezes vai tentando “substituir” os filhos que vai perdendo.

Durante o período do meu estágio, a Sra. **A** encontrava-se em casa-abrigo, mas nas últimas semanas decidiu que queria sair e refazer a sua vida junto de um novo namorado. Aproximadamente duas semanas depois da sua saída da casa-abrigo, a sua filha nasceu. Dias mais tarde, ligou para a AMCV a pedir para voltar a integrar a casa, uma vez que a sua relação com o novo namorado (com

quem foi morar) não estava a funcionar. Segundo a mesma, “o namorado e a sua família querem ficar com a minha filha”.

A criança está sinalizada pela Segurança Social e, portanto, o sucesso deste caso cabe apenas à Sra. A e ao seu esforço para adquirir uma vida estável e equilibrada.

Quanto aos processos judiciais, não houve mais desenvolvimentos até à data.

ii) Supervisão

O modelo de intervenção do Centro de Atendimento e das outras valências da AMCV baseia-se numa estratégia de trabalho de equipa, diariamente articulado entre si e planeada semanalmente entre as várias equipas do Centro de Atendimento e as Equipas das Casas de Abrigo, centrada nas necessidades das utilizadoras dos diversos serviços e atividades.

Toda a intervenção e práticas dos serviços estão vinculadas ao dever de confidencialidade e a partilha de informação sobre os casos têm procedimentos já instituídos, de forma a não comprometer a confidencialidade e a garantir a segurança das mulheres e crianças. Também as informações partilhadas com outras entidades das redes de recursos multi-institucionais e multiprofissionais estão sujeitas a este procedimento.

A prática dos serviços da AMCV tem como metodologia uma constante avaliação e reajustamento da intervenção técnica face à dinâmica dos apoios e às necessidades das diferentes situações, com o objetivo de adequar os recursos e as respostas.

As reuniões de coordenação das diferentes equipas e inter-equipas têm uma regularidade semanal e contribuem para uma melhor estruturação e otimização

dos recursos, num esforço constante em busca da excelência das respostas dos serviços⁵⁵.

A minha experiência em supervisões é pouca, pois apenas assisti a uma reunião. Esta foi dedicada ao caso da Sra. A que, por ser delicado, necessitou de ser partilhado junto de toda a equipa técnica. Assim, este caso foi exposto de modo a que se pudesse refletir, em conjunto, qual seria a melhor solução para esta senhora.

Depois de ser feita uma avaliação mais aprofundada, pensa-se que a Sra. A se encontra a um nível elevado de sofrimento.

Após uma primeira fase em que se considerou que não haveria condições de reentrada da Sra. A na Casa de Abrigo houve uma reanálise da situação em que foram tidos em conta os seguintes aspetos:

- não tinha sido quebrada nenhuma das regras de segurança e confidencialidade;
- foi identificada que quer a senhora quer a bebé se encontravam numa situação de grande fragilidade;
- falta de uma rede familiar e de amigas/os relevantes na comunidade

Foi decidido fazer o seu acolhimento na outra Casa de Abrigo da AMCV no sentido de dar continuidade ao apoio já iniciado.

3 Questão que surgiu no âmbito deste estágio

3.1 A possibilidade de as ONG's de mulheres poderem constituir-se assistentes em processos-crime

No decorrer deste estágio, foram surgindo algumas questões que achei pertinente desenvolver. No entanto, entre elas, uma questão, em particular, despertou-me

⁵⁵ Relatório de actividades da AMCV 2012.

grande interesse – a possibilidade de as ONG poderem constituir-se como assistentes em processos-crime.

Para desenvolver este tema é importante que se comece por definir ONG. ONG é um acrónimo que representa “Organização Não Governamental”. Estas são constituídas por grupos que, para além de não terem fins lucrativos, desenvolvem variadas ações direcionadas a grupos específicos, por exemplo, a mulheres, crianças, animais, idosos, etc. Normalmente, estes grupos tendem a representar e a dar voz às minorias sociológicas ou àqueles que, por alguma razão, são considerados mais fracos ou oprimidos, reivindicando, assim, os seus direitos. Estas ONG fazem parte do terceiro setor da sociedade civil, constituindo, cada vez mais, uma percentagem crescente do mesmo. Em teoria, estas Organizações nasceram com o objetivo de complementar a ação de responsabilidade do Estado, sempre que este não tenha capacidades suficientes para desenvolver estes projetos de solidariedade.

O financiamento destas organizações é muitas vezes conseguido através de donativos, feitos pela população ou por empresas privadas e até mesmo pelos próprios Governos. Sobrevivem com a ajuda de voluntários, que se propõem “trabalhar *pro bono*” em prol da Organização.

As organizações têm, ainda, a capacidade de despertar o civismo e a cooperação da sociedade, estabelecendo assim, uma forte ferramenta de mobilização social.

As ONG podem revestir a forma de Associações, Fundações ou Instituições privadas de utilidade pública. O art.1º do DL nº460/77, de 7 de Novembro, estatui que “são pessoas de utilidade pública as associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a Administração Local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de «utilidade pública»”.

O passo seguinte neste processo é, precisamente, saber qual a definição de assistente e se é possível que as Associações se constituam como assistentes em

processos-crime. A figura do assistente é característica do Direito Processual Português, não tendo, grande correspondência no Direito Comparado⁵⁶.

O CPP não contém uma definição de assistente, apenas consagra nos seus arts. 68º e 69º, respetivamente, quem se pode constituir como assistente, a sua posição processual e atribuições.

Para este efeito, o CPP determina no seu art.68º:

Artigo 68.º

Assistente

1 - Podem constituir-se assistentes no processo penal, além das pessoas e entidades a quem leis especiais conferirem esse direito:

- a) Os ofendidos, considerando-se como tais os titulares dos interesses que a lei especialmente quis proteger com a incriminação, desde que maiores de 16 anos;
- b) As pessoas de cuja queixa ou acusação particular depender o procedimento;
- c) No caso de o ofendido morrer sem ter renunciado à queixa, o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens, os descendentes e adoptados, ascendentes e adoptantes, ou, na falta deles, irmãos e seus descendentes e a pessoa que com o ofendido vivesse em condições análogas às dos cônjuges, salvo se alguma destas pessoas houver participado no crime;
- d) No caso de o ofendido ser menor de 16 anos ou por outro motivo incapaz, o representante legal e, na sua falta, as pessoas indicadas na alínea anterior, segundo a ordem aí referida, salvo se alguma delas houver participado no crime;
- e) Qualquer pessoa nos crimes contra a paz e a humanidade, bem como nos crimes de tráfico de influência, favorecimento pessoal praticado por funcionário, denegação de justiça, prevaricação, corrupção, peculato, participação económica em negócio, abuso de poder e de fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção.

2 - Tratando-se de procedimento dependente de acusação particular, o requerimento tem

⁵⁶ Cfr. DAMIÃO DA CUNHA, “algumas reflexões sobre o estatuto do Assistente e seu representante no Direito Processual Penal Português”, RPCC, Ano 5, 1995, pág.153

lugar no prazo de oito dias a contar da declaração referida no artigo 246.º, n.º 4.

3 - Os assistentes podem intervir em qualquer altura do processo, aceitando-o no estado em que se encontrar, desde que o requeiram ao juiz:

a) Até cinco dias antes do início do debate instrutório ou da audiência de julgamento;

b) Nos casos dos artigos 284.º e 287.º, n.º 1, alínea b), no prazo estabelecido para a prática dos respectivos actos.

4 - O juiz, depois de dar ao Ministério Público e ao arguido a possibilidade de se pronunciarem sobre o requerimento, decide por despacho que é logo notificado àqueles.

5 - Durante o inquérito, a constituição de assistente e os incidentes a ela respeitantes podem correr em separado, com junção dos elementos necessários à decisão.

Este artigo não define, propriamente, assistente, no entanto, a alínea b) do n.º 1 do art. 287º do CPP estatui que este pode requerer a abertura da instrução, em caso de arquivamento do inquérito⁵⁷; ou por fatos pelos quais o Ministério Público não tiver deduzido acusação. O art.69º acrescenta que os “assistentes têm a posição de colaboradores do Ministério Público, a cuja actividade subordinam a sua intervenção no processo, salvas as exceções da lei”.

Os assistentes atuam como colaboradores do MP, no entanto têm poderes de conformação autónomos⁵⁸.

Voltando ao tema que me propus desenvolver, não se podendo inserir em nenhuma das alíneas do art.68º, a única hipótese de as Associações/Fundações poderem constituir-se como assistentes é no caso de tal constar de lei especial. A este propósito, a Lei 61/91 de 13 de Agosto, que garante proteção adequada às mulheres vítimas de violência, consagra no seu 12º art.:

Artigo 12.º

Direitos das associações

⁵⁷ Nos termos do art. 277º CPP.

⁵⁸ Cfr. Professor Figueiredo Dias.

- 1 - As associações referidas no artigo anterior podem constituir-se assistentes em representação da vítima no processo penal, mediante a apresentação de declaração subscrita por aquela nesse sentido, quando se trate dos crimes previstos na parte final do n.º 2 do artigo 1.º
- 2 - Podem ainda, em representação da vítima, deduzir o pedido indemnizatório e requerer o adiantamento pelo Estado da indemnização, nos termos previstos na legislação aplicável, podendo ainda requerer a fixação de quaisquer pensões provisórias a pagar pelo arguido até à fixação definitiva da indemnização.
- 3 - A constituição de assistente nos termos do n.º 1 não está sujeita ao pagamento de qualquer taxa de justiça.
- 4 - O juiz arbitrarà a favor das associações existentes, procuradoria condigna.

Isto quer dizer que as associações de mulheres que prossigam fins de defesa e proteção de vítimas de crimes poderão constituir-se como assistentes em processos-crime, significando que estas Associações (como é o caso da AMCV) poderão desempenhar um papel de colaboradores particulares do Ministério Público, nomeadamente no que respeita à investigação dos fatos com relevância criminal, tendo em vista identificação e eventual condenação do autor ou autores dos crimes em questão.

Veja-se ainda o art.9º do CPTA⁵⁹:

Artigo 9.º

Legitimidade activa

- 1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e do que no artigo 40.º e no âmbito da acção administrativa especial se estabelece neste Código, o autor é considerado parte legítima quando alegue ser parte na relação material controvertida.
- 2 - Independentemente de ter interesse pessoal na demanda, qualquer pessoa, bem como as associações e fundações defensoras dos interesses em causa, as autarquias locais e o

⁵⁹ Aprovada pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro e alterada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro

Ministério Público têm legitimidade para propor e intervir, nos termos previstos na lei, em processos principais e cautelares destinados à defesa de valores e bens constitucionalmente protegidos, como a saúde pública, o ambiente, o urbanismo, o ordenamento do território, a qualidade de vida, o património cultural e os bens do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Este artigo fala-nos, precisamente, na vantagem da defesa dos interesses difusos, “ao permitir que seja conferida legitimidade activa, a qualquer cidadão, bem como a associações, fundações, Autarquias Locais e ao Ministério Público para a defesa destes interesses difusos. Esta legitimidade é aferida em termos gerais, independentemente do interesse individual do autor no objecto do processo, e independentemente da relação específica com os bens ou interesses em causa aferindo-se, um interesse em sentido meramente objectivo”⁶⁰. Assim, “o interesse a prosseguir deve ser suficientemente difuso e geral para não se identificar com o interesse pessoal do seu agente”⁶¹.

Importa definir, então, o conceito de interesses difusos. Este traduz-se em “interesses sem titular determinável, meramente referíveis na sua globalidade, a categorias indeterminadas de pessoas”⁶²

Desta forma, estamos perante um fenómeno de extensão da legitimidade processual, que permite a quem não é titular de um interesse pessoal e direto, o acesso aos tribunais, visando a defesa de certos interesses de toda a comunidade.

O assistente pode intervir na fase de inquérito e na fase de instrução (quando seja caso disso), oferecendo provas e requerendo as diligências que entenda necessárias, bem como deduzindo acusação e / ou interpondo recurso das decisões que lhe sejam desfavoráveis. O assistente tem sempre de se fazer representar por advogado mandatado e é obrigatória a sua constituição nos crimes em que o prosseguimento do processo dependa de acusação particular.

⁶⁰ Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (doravante TCA-S), Processo nº 02168/06 de 8 de Fevereiro de 2006

⁶¹ Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte -Processo nº 02676/10 de 31 de Maio de 2010

⁶² Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul - Processo nº 02168 de 8 de Fevereiro de 2006

Esta possibilidade parece, à primeira vista, uma excelente fonte de defesa para a vítima; no entanto, depois de alguma pesquisa, apercebi-me de que esta questão levanta alguns problemas subjacentes.

Ao falar com a Vice-presidente da direção da AMCV tomei consciência de que, ao constituírem-se como assistentes, estas Associações estão a expor-se demasiado, virando a atenção dos agressores para elas, acabando assim, por comprometer a segurança de todas as mulheres a que este tipo de Associações dão “abrigo” e até mesmo, a segurança de todas aquelas que para estas Associações trabalham.

Outros argumentos contra esta possibilidade foram surgindo. O fato de as associações não terem, muitas vezes, os recursos necessários, também contribui para que estas Associações não se disponibilizem a constituírem-se como assistentes. A falta de apoio na área jurídica e de técnicas especializadas, nesta área, não permite que possam exercer este direito.

Cheguei à conclusão de que este instrumento talvez não seja tão vantajoso na área da violência contra as mulheres, uma vez que, tal como já foi dito, pode pôr em causa a segurança das/os envolvidas. No entanto, foi-me dito durante o estágio que a UMAR beneficia deste direito, constituindo-se assistente em alguns processos-crime.

4 Síntese Conclusiva

4.1 Orientadoras

O estágio profissional realizado na Associação de Mulheres contra a Violência foi orientado pela Dr.^a Ana Pascoal. Tendo em conta que este estágio tem por base uma relação protocolar entre a entidade empregadora e a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, tive oportunidade de escolher, também, quem me orientasse por parte da Faculdade. Para o efeito, a escolha recaiu na

Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza, atendendo à sua vasta experiência e conhecimentos na área dos Direitos Humanos, mais especificamente, na área das Mulheres.

Ambas as orientadoras acompanharam o trabalho, mostrando-se inteiramente disponíveis para atender eventuais esclarecimentos, bem como para responder a dúvidas que surgissem.

Relativamente à orientação prestada pela AMCV e dado que a Dr^a Ana Pascoal não trabalha no espaço físico da Associação, acabou por ser a Dr^a Margarida Medina Martins a ter um papel de orientação mais próximo, ajudando na distribuição de tarefas, bem como no fornecimento de informação e material.

A Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza, desde o início, ajudou na definição da estrutura deste trabalho, aconselhando, mesmo, alguns temas merecedores de atenção e desenvolvimento.

4.2 Expectativas em Relação ao estágio

Uma das principais expectativas que tive em relação ao estágio foi a possibilidade de adquirir competências e conhecimentos na área dos Direitos Humanos.

Naturalmente, esperaria integrar os dois projetos que me foram apresentados, nomeadamente “Os novos desafios no combate à violência Sexual” e a “IV Conferência sobre sobreviventes de violação”. Gostaria de dar o meu contributo, a todos os níveis, mas sobretudo na área jurídica e desejava, ainda, poder participar ativamente nestes projetos.

Pretendia terminar o estágio com a sensação de “dever cumprido”, depois de ter participado, realmente, no desenvolvimento de uma área que afeta tantas mulheres e crianças como a violência sexual. Era importante dar a conhecer à sociedade este problema e apelar à sensibilidade de cada um, para que todos

possamos contribuir para uma mudança do presente panorama, no âmbito da violência contra as mulheres.

Por último, tinha a ambição de utilizar os conhecimentos que adquiri nesta Associação para tentar perceber se, de fato, o nosso ordenamento jurídico é suficiente para dar proteção às vítimas de violência ou se, por outro lado, são necessárias mudanças, um preenchimento de lacunas e um maior envolvimento dos Estados, para que seja possível erradicar ou, pelo menos, reduzir, estas situações que, por si só, são uma violação dos Direitos Fundamentais.

4.3 Correspondência das expectativas com a Realidade

De um modo geral, o estágio ultrapassou as minhas expectativas, nomeadamente, pelo fato de ter sido inserida em três projetos, quando um deles não estava inicialmente previsto. Fui surpreendida, ainda, com a possibilidade de assistir aos atendimentos. Estes foram uma experiência extremamente enriquecedora, revelando-se uma fonte de conhecimentos inestimável.

Devo, contudo, notar que, pela sua própria natureza, o estágio, no seu dia-a-dia, não requereu tantos conhecimentos jurídicos quanto eu gostaria. Por isso, decidi desenvolver uma questão (ver o ponto 3.1) que não está, intrinsecamente, ligada com o estágio.

Uma vez que sempre tive um interesse especial por direito de família e que, de certa forma, pude desenvolver conhecimentos nesta área, este estágio tornou-se particularmente interessante.

Também o fato de ter tido contacto com o direito internacional, tanto no dia-a-dia do estágio, como neste relatório, foi de grande utilidade, já que pretendo trabalhar no estrangeiro. Foi esta a principal razão que me levou a optar pelo relatório de estágio em vez da dissertação.

Assim, considero que esta foi uma boa escolha como complemento da parte letiva do mestrado.

Como resultado de uma maior consciencialização da sociedade, pude observar que, com o decorrer do tempo, se tem vindo a desenvolver uma maior preocupação na defesa de direitos das minorias, nomeadamente, dos direitos das mulheres, jovens e crianças. Apesar da evolução notória nesta área, registam-se, ainda, graves lacunas, sendo necessário continuar uma “luta” persistente, com o objetivo de pôr fim a todas as formas de discriminação e à ignorância e desvalorização dos direitos fundamentais.

O que mais retiro deste estágio é a esperança de, num futuro não tão longínquo, já absorvida no mundo imenso das leis, nunca me vir a esquecer do lado humano das questões que forem surgindo ao longo do caminho.

5. Bibliografia ⁶³

Monografias:

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 2ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. ISBN 978-972-54-0272-6

APAV – **INFOVÍTIMAS: Conheça os seus Direitos enquanto Vítima de Crime**. 1ª ed. Lisboa: APAV, 2013. ISBN 978-972-8852-55-9

APAV – **Protecção e Promoção dos Direitos das Vítimas de Crime na Europa: Seminário Internacional DIKÊ**. 1ª ed. Lisboa: APAV, 2003. ISBN 972-8852-01-0

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA [et al.] – **Avaliação e Gestão de Risco em Rede: Manual para Profissionais**. 1ª ed. Lisboa: AMCV, 2013. ISBN 978-989-98600-1-8

BARROCO, Maria de Fátima – **As ONGs Em Portugal: Sistematização por Áreas de Acção, Legislação e Fichas-Resumo**. 1ª ed. Lisboa: Edições Cosmo, 2000. ISBN 972-762-188-0

CIG – **Igualdade de Género em Portugal 2010**. 1ª ed. Lisboa: CIG, 2011. ISBN 978-972-597-331-8

Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres – **Estratégias Internacionais Para a Igualdade de Género: A plataforma de Acção de Pequim (1995-2005)**. 1ª ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, 2005. ISBN 972-597-271-6

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de – **Direito Penal tomo I: Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1523-6

⁶³ Esta bibliografia rege-se pela NP405-1 e pela NP405-4 do Instituto Português de Qualidade

Guia para o Associativismo. 1ª ed. Vila Franca de Xira: Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001. ISBN 972-8553-12-9

HOFF, Lee Ann – **Violence and Abuse Issues: Cross-cultural perspectives for health and social services.** London and New York: Routledge, 2010. ISBN 0-415-46571-0 (hbk)

MANITA, Celina – **A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal: Estudo Preliminar de Caracterização.** 1ª ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005. ISBN 972-597-269-4

MANITA, Celina; RIBEIRO, Catarina; PEIXOTO, Carlos – **Violência Doméstica: Compreender para Intervir: guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio às vítimas.** 1ª ed. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. ISBN 978-972-597-317-2

MARQUES DA SILVA, Germano – **Curso de Direito Penal I: Noções Gerais, Elementos do Processo Penal.** 6ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2010. ISBN 978-972-22-3011-7

MARQUES DA SILVA, Germano – **Curso de Processo Penal III.** 3ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2009

McORMOND-PLUMMER, Louise; AM, Patricia Easta; LEVY-PECK, Jennifer Y. – **Intimate Partner Sexual Violence: A Multidisciplinary Guide to Improving Services and Support for Survivors of Rape and Abuse.** 1ª ed. London and Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2014. ISBN 978-1-84905-912-1

OLIVEIRA, Ana Filipa – **Cooperação Portuguesa: Uma política de Estado?.** 1ª ed. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD, 2013

RUSSEL, Diana E. H. – **Rape in Marriage.** Ed. rev. Estados Unidos da América: Indiana University press, 1990. ISBN 0-253-20563-8 (pbk.)

RUSSEL, Diana E. H. – **The Politics of Rape: The Victim's Perspective**. 1ªed. Lincoln: iUniverse, 1984/2003. ISBN 0-595-29287-9

SILVA DIAS, Augusto; GOUVEIA DE CAIRES, João; SOL, António Araújo – **Materiais para o Estudo da Parte Especial do Direito Penal: Crimes contra a vida e a Integridade Física**. 1ªed. Lisboa: AAFDL, 2009

WAVE; De Montfort University; CAADA – **Protect II: Capacity Building in Risk Assessment and Safety Management to Protect High Risk Victims**. 1ª ed. Viena: WAVE, 2012

Teses, Dissertações e outras Provas Académicas:

LEITÃO, Ana Paula – **Projecto SER MULHER: Percursos para a Autonomia**. Ramada: Instituto Superior de Ciências Educativas, 2009. Relatório de Estágio

Documentos Eletrónicos:

Beleza, Teresa Pizarro – **A Violência das Coisas** [Em Linha]. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em WWW:< URL: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/4199.pdf>

Beleza, Teresa Pizarro – **A “Violência de Género” no Direito Internacional e Europeu: Nova Convenção do Conselho da Europa sobre Violência contra as Mulheres** [Em linha]. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em WWW:< URL: [http:// www.fd.unl.pt/Anexos/5145.pdf](http://www.fd.unl.pt/Anexos/5145.pdf)

YUDHOYONO, Susilo Bambang [et al.] – **A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies Through Sustainable**

Development [Em linha]. United Nations Publications. [22 Maio 2014]. Disponível em <http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/UN-Report.pdf>

Artigos de Revistas:

Beleza, Teresa Pizarro – Jornadas sobre a Revisão do Código penal – **Violência doméstica**. Revista do CEJ. ISSN:1645-829x. Ano2008: nº8 (especial)

6 Anexos